



Plano Anual de Actividades 2009

Janeiro 2009

ÍNDICE

1. OBJECTIVOS	7
2. ACTIVIDADES A DESENVOLVER	11
2.1. SOCIEDADE	12
Crise, Sociedade da Informação e Poder Local	12
A Evolução das Cidades e a Transformação da Vida Urbana Decorrentes da SI	13
O Impacto da Virtualização nos Indivíduos e nas Organizações	14
Evento de Realidade Mista sobre o <i>Second Life</i>	15
A migração dos <i>Media</i> para a era digital	16
Iniciativa com Jovens	17
Os Juízes na Sociedade da Informação	18
Encontro de Gerações para debate da Sociedade da Informação	19
Ciclo de Conferências - Pensar a Sociedade da Informação	20
O Desenvolvimento da Democracia Electrónica	21
Art. 35º da Constituição - Numero Único, Sim ou Não?	22
Fronteiras legais da Propriedade Intelectual na Internet e a protecção de dados pessoais, no tráfego da Internet - Novos desafios	23
Glossário da Sociedade da Informação - Versão 2009	24
2.2. MERCADO & TECNOLOGIAS	25
Do Analógico ao Digital - O Trabalho na Sociedade do Conhecimento	25
Perspectivas Actuais do Notariado Electrónico em Portugal	26
As TICs e a Saúde no Portugal de 2009	27

Transformação na Saúde em Portugal: O Papel das Transacções Electrónicas	28
Concorrência, Competitividade e Sociedade do Conhecimento	29
Desafios e Condicionantes Económicas da Sociedade da Informação	30
2.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	31
Ponto de Situação da Administração Pública Electrónica - A Legislatura	31
A Governação das TICs na Administração Pública	32
Desmaterialização dos Processos de Licenciamento	33
Potencialidades e Constrangimentos da Sociedade da Informação na Administração Local	34
2.4. ACTIVIDADES REGULARES	35
<i>Fórum</i> da Arrábida - Repensar o Futuro da Sociedade da Informação: O Papel do Poder Local	35
Prémios e Homenagens "Sociedade da Informação"	37
Prémio "Personalidade do Ano no domínio da Sociedade da Informação"	37
Prémio Editorial "Sociedade da Informação" 2009	38
Homenagem a "Uma Vida"	39
Olimpíadas da Informática 2009	40
Debate com os Partidos Políticos sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento	41
Barómetro da Sociedade da Informação	42
Grupo de Alto Nível (GAN)	43
Conselho Estratégico para a Notoriedade da APDSI (CENA)	44
Abertura da Delegação Norte	45
Grupos Especializados, no âmbito da APDSI	46
Grupo "Negócio Electrónico" (GNE)	47
Grupo "Educação" (GE)	48
Grupo "Justiça" (GJ)	49
Grupo "Saúde" (GS)	50

<i>Fórum</i> Profissional (FP)	51
Grupo “Sistemas de Informação Geográfica” (GSIG)	52
<i>Fórum</i> de Executivos da Sociedade da Informação (FESI)	53
<i>Fórum</i> do Direito na Internet	54
Prémios Escolares APDSI	55
2.5. COOPERAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E INTERNACIONALIZAÇÃO	56
ONGD no domínio da Sociedade da Informação e do Conhecimento	56
Realidades e Perspectivas de Desenvolvimento da Sociedade da Informação nos PALOPs	57
Concepção e Apoio no Estabelecimento de um Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da SI no Domínio da Integração Social e Comunitária em São Tomé e Príncipe.....	58
Concepção e Apoio no Estabelecimento de um Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da SI no Domínio da Integração Social e Comunitária em Moçambique	59
Concepção e Apoio no Estabelecimento de um Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da SI no Domínio da Educação e Cultura em Timor	60
Participação no Fórum Não Governamental para a Inclusão Social	61
Participação de Portugal na IFIP	62
2.6. EM CURSO.....	63
Mobilidade - Impactos e Potencialidades	63
Literacia Digital e Certificação de Competências	64
Cidadãos com Necessidades Especiais e Acessibilidade	65
Aproximar Gerações na Sociedade da Informação	66
Os Cidadãos Seniores na Sociedade da Informação	67
A Eco-eficiência das Organizações - Contributos da Sociedade da Informação na Gestão Energética.....	68
A Sociedade da Informação como Potenciadora das Actividades das ONGs.....	69
Os Desafios da Economia da Informação (Fase 2)	70
Impacto das Novas Regulações (<i>Basileia II, Sarbanes-Oxley</i> e outras) no Contexto da Sociedade da Informação.....	71

Ciência de Serviços - Uma Nova Área de Conhecimento	72
<i>Open Standards</i> na Sociedade da Informação	73
Internacionalização das Empresas Portuguesas no Domínio das TICs - Barreiras e Oportunidades.....	74
A INTERNET - Das Pessoas às Coisas	75
Tecnologias, Processos e Competências no sector Financeiro	76
Promover a Inclusão pela Via da Sociedade da Informação e do Conhecimento	77
Serviços Partilhados na Administração Pública	78
Reutilização da Informação do Sector Público - Expectativas e Realidades	79
Modelos de Governação na Sociedade da Informação e do Conhecimento	80
A Competitividade da Indústria Portuguesa e a sua Relação com o Desenvolvimento da Sociedade da Informação.....	81
Parcerias Público-Privado (PPP) no Contexto da Sociedade da Informação.....	82
Administração Pública Local - Perspectivas de Desenvolvimento no Âmbito da Sociedade da Informação.....	83
As TICs para um Mundo Mais Seguro	84
Comunidades de Prática no Espaço Digital	85
RFID no Quotidiano da Sociedade.....	86
e-Justiça (Fase 2).....	87
Geo-Competitivo II: Arquitecturas Organizacionais Suportadas em Informação Espacial.....	88
3. CONCLUSÕES	89

1. OBJETIVOS

Num ano de crise financeira e da economia real é essencial lançar-se mão dos instrumentos disponíveis que não exijam esforço financeiro elevado e tenham o potencial de contribuir para a regeneração da economia real.

O Plano que se apresenta pretende dar continuidade às actividades desenvolvidas pela Associação em anos anteriores e ser a base de referência da intervenção da APDSI, no sentido de estimular e dinamizar a concretização das expectativas, oportunidades e benefícios que o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento poderá trazer a Portugal.

Num mundo em contínua evolução importa que, de uma forma permanente, sejamos capazes de nos interrogar sobre o modo como as coisas acontecem e as razões pelas quais muitas outras não se materializam. De uma forma criativa e construtiva obrigamo-nos a contribuir para uma dinâmica que ajude a entender e a desenvolver uma sociedade moderna onde a informação e o conhecimento sejam o suporte do desenvolvimento.

A necessidade de perspectivar o futuro é uma constante em todos os países em que se acredita que a Sociedade da Informação e do Conhecimento é um dos eixos do desenvolvimento.

No caso português, o País poderá encontrar na APDSI um parceiro mobilizador de ideias e de acções.

Tal como no Plano do ano anterior pretende-se que os resultados das diferentes actividades, nomeadamente estudos a realizar por especialistas, *workshops*, manifestos ou cartas de intenções, envolvendo entidades com intervenção relevante na Sociedade, possam ser considerados como contributos de alto valor na definição de políticas para a Sociedade da Informação e do Conhecimento. Em particular, o contributo do GAN - “Grupo de Alto Nível” tem sido determinante para o posicionamento da APDSI como uma voz da sociedade civil com pensamento estruturado em relação aos grandes temas que se enquadram no âmbito da Sociedade da Informação e do Conhecimento

Neste Plano de Actividades a organização das iniciativas segue a lógica implícita nos fins a que cada uma se destina. Assim, o primeiro conjunto refere-se a iniciativas orientadas à ‘Sociedade’, o segundo visa o ‘Mercado e as Tecnologias’ e o terceiro a ‘Administração Pública’.

Incluem-se também categorias respeitantes a 'Actividades Regulares', a 'Cooperação, Desenvolvimento Social e Internacionalização' e finalmente, as "Actividades em curso" as quais transitaram do Plano de Actividades anterior e que têm a sua conclusão prevista para 2009.

O espírito de mobilização subjacente a este Plano leva à inclusão de actividades de Grupos Permanentes em áreas estruturantes nomeadamente nos domínios da Saúde, Justiça, Educação, Negócio Electrónico, Sistemas de Informação Geográfica para além do Fórum Profissional e do Fórum de Executivos da Sociedade da Informação, em relação aos quais temos enormes expectativas de dinamização de actividades próprias na envolvente da APDSI.

Todas estas actividades, muito em especial as que requerem intervenção altamente qualificada de recursos humanos, só são exequíveis com o empenhamento directo dos sócios da APDSI. Os sócios individuais contribuem como autêntico capital humano, e os sócios institucionais contribuem com recursos financeiros e também com capital humano.

O Plano de Actividades da Associação é o fruto desta generosa simbiose.

2. ACTIVIDADES A DESENVOLVER

2.1. SOCIEDADE

Esta crise global que o mundo vive é, provavelmente, a primeira grande crise da Sociedade da Informação. Porquê? Porque o sistema financeiro, onde se iniciou a crise, tem vindo a desenvolver os seus processos de negócio à escala global, na sua quase totalidade processos de informação, com base nas tecnologias da informação e comunicação (TIC), as quais suportam e caracterizam a sociedade da informação. Por outro lado, também a crise económica, desencadeada pela crise financeira, afecta todos os agentes económicos (empresas produtoras, administrações públicas reguladoras e fornecedoras dos bens e serviços públicos, famílias consumidoras), os quais suportam cada vez mais as suas actividades em sistemas de informação baseados nas TIC. Consequentemente, a falência de entidades do sector financeiro ou de agentes económicos impacta negativamente, do lado da oferta, as indústrias e serviços TIC e, do lado da procura, os sistemas e processos de informação bem com as suas infra-estruturas tecnológicas, isto é, as principais componentes que caracterizam as sociedades da informação.

Neste processo dinâmico e cumulativo, que caracteriza a crise, as entidades governamentais e as administrações públicas têm sido solicitadas para intervirem com vista à inversão do processo cumulativo e à superação da crise. Se, de facto, muitas das intervenções são feitas por entidades globais e pelos governos centrais, não é menos verdade que, muitas das acções necessárias à superação da crise são desenvolvidas no nível local, junto das micro, pequenas, médias empresas e das famílias.

A APDSI não se pode dissociar desta nova conjuntura que a sociedade enfrenta, e seus reflexos na relação entre administração local e sociedade da informação, organizando um seminário com o objectivo de investigar e debater como pode a administração local utilizar os meios da sociedade da informação como vector de dinâmica local para superação da crise.

Crise, Sociedade da Informação e Poder Local

Nº: 1121

Natureza: Seminário

Líder: Tomaz Ponce Dentinho

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

O objectivo desta iniciativa consiste em explorar e perceber o papel dos mecanismos associados à Sociedade da Informação e do Conhecimento no desenvolvimento dos espaços urbanos, por forma a torná-los mais atractivos e mais capazes de oferecer uma melhoria sustentada da qualidade de vida dos seus utilizadores (individuais e colectivos) e com um maior envolvimento destes nas tomadas de decisão.

O desenvolvimento das TICs, nomeadamente nas áreas das tecnologias *wireless*, dos *smart devices*, da computação ubíqua, dos sistemas biométricos ou das redes sensoriais potenciam de uma forma marcante a criação de ambientes inteligentes com impacto importante no desenho evolutivo das cidades.

As pessoas, os edifícios e outras infraestruturas poderão ser capazes de interagir digitalmente trocando informação inteligente e assumindo-se como entidades simultaneamente reais e virtuais. Deste modo os arquitectos e designers terão de desenvolver os espaços urbanos segundo aquelas duas realidades.

A Sociedade da Informação deverá ser assim uma parte importante na planificação urbana com impacto em áreas importantes de que são exemplos a melhoria da coesão social, arquitectura e design, os transportes, a segurança ou o interfuncionamento de sistemas e infraestruturas.

Constitui campo de reflexão o modo de conseguir uma maior “felicidade urbana” e uma prosperidade e bem-estar gradualmente melhores para os seus habitantes, quer sejam pessoas ou organizações.

A Evolução das Cidades e a Transformação da Vida Urbana Decorrentes da SI

Nº: 1090

Natureza: Conferência e Estudo

Líder: Francisco Tomé

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

A virtualização de muitos aspectos da nossa vida diária e corrente começa hoje a ter alguma expressão.

O relacionamento entre indivíduos, entre estes e as organizações (públicas ou privadas) ou mesmo entre organizações bem como o modo como se reveste a natureza dos próprios indivíduos e dessas organizações irão ter impacto em múltiplos aspectos nomeadamente de ordem sociológica, económica, organizacional e legal.

Este estudo pretende analisar o impacto que a virtualização, entendida em sentido lato, exerce sobre as organizações e os indivíduos bem como perspectivar cenários para a sua evolução e futuros impactos.

O Impacto da Virtualização nos Indivíduos e nas Organizações

Nº: 1092

Natureza: Estudo

Líder:

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

Pretende-se neste seminário analisar de um ponto de vista social, económico e tecnológico os aspectos mais relevantes que têm estado associados ao aparecimento e desenvolvimento do *Second Life* bem como perspectivar o modo como poderá evoluir.

Em particular, os aspectos relacionados com o efeito nos comportamentos e valores das novas gerações são susceptíveis de atrair atenção especial.

Revestindo-se também de uma forma didáctica, este seminário pretende apresentar-se como um evento de realidade mista, simultaneamente a decorrer num espaço real, bem como num auditório virtual em ambiente *Second Life*.

Será possível avaliar e mostrar o modo como as interacções entre aqueles dois mundos se podem complementar.

Evento de Realidade Mista sobre o *Second Life*

Nº: 1093

Natureza: Seminário

Líder: Francisco Tomé

Prazo de execução: 6 meses

A introdução das tecnologias digitais tem vindo a modificar de uma forma profunda muitas das indústrias nas quais assenta grande parte da nossa actividade diária. Os *Media* são seguramente uma dessas áreas, pelo que importa, à luz dos conceitos subjacentes à Sociedade da Informação, perceber quais os principais impactos que se estão a verificar bem como antecipar tendências e desafios que se irão colocar a esta indústria. De que modo os mecanismos da SI facilitam o desenvolvimento de novos modelos e estratégias de negócio no domínio dos media?

O aparecimento de plataformas digitais concorrentes entre si, capazes de suportar diversos media, disponibilizam o acesso a uma miríade crescente de conteúdos a preços mais reduzidos. Será importante perceber-se, por exemplo ao nível dos conteúdos televisivos como evoluirão os actuais modelos de negócio. Directamente relacionados com aqueles, qual o futuro da publicidade e dos *content syndicators*? Que tipo de estratégias *cross-media* se podem esperar?

O que se poderá esperar também da anunciada TDT em Portugal e que modelos de negócio se perspectivam para os diferentes intervenientes neste processo?

Que áreas emergentes ao nível dos *media* se estão a desenvolver e qual o seu potencial? Como podem ser vistas à luz dos novos *media* o aparecimento das redes sociais em linha ou mesmo do *Second Life*? Qual o futuro da imprensa escrita e qual a evolução expectável para os blogues?

Esta iniciativa a desenvolver pela APDSI pretende fazer uma fotografia da actual maturidade dos *media* no espaço digital bem como antecipar tendências e impactos significativos na vida quotidiana da industria dos *media*, nas outras industrias e na vida comum dos cidadãos.

A migração dos *Media* para a era digital

Nº: 1102

Natureza: Seminário

Líder: Francisco Tomé

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

Pretende-se levar a cabo uma iniciativa envolvendo os jovens do grupo etário dos 10-20 anos. O rejuvenescimento da APDSI em várias vertentes, incluindo na sua própria direcção, é uma preocupação que se mantém há bastante tempo no espírito de alguns associados.

Com esta iniciativa, eventualmente a realizar em colaboração com outra entidade, pretende-se estimular o gosto por actividades da sociedade da informação nas camadas jovens e descobrir novos entusiasmos que permitam manter viva uma linha de actividades para este grupo etário actualmente representado pelos participantes nas várias Olimpíadas de Informática. Tem-se a expectativa que esse grupo de jovens possa desempenhar um papel relevante na concretização desta iniciativa

Os contornos da iniciativa não estão ainda definidos na sua plenitude, aguardando-se sugestões dos associados, nomeadamente daqueles que têm filhos ou netos no referido grupo etário.

O primeiro passo desta iniciativa consistirá numa consulta aos sócios para recolha de sugestões.

Iniciativa com Jovens

Nº: 1103

Natureza: Seminário

Líder:

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

Com a desmaterialização progressiva dos procedimentos judiciais espera-se não apenas acelerar o processo de decisão, mas também garantir uma maior eficácia e transparência no funcionamento dos tribunais.

Em Portugal, a operacionalização do *Citius* pretende viabilizar, entre outros, os seguintes objectivos:

- Entregas Electrónicas de Peças Processuais.
- Acompanhamento dos processos em que o interveniente é mandatário de uma forma agregada independentemente do tribunal em que se encontram.
- Acesso ao histórico de actos processuais praticados.
- Movimentação Processual.
- Visualização dos Intervenientes nos processos e respectivos detalhes.

A perspectiva de desmaterialização dos processos judiciais que impactos terá ao modelo operativo da justiça?

Com este seminário a APDSI pretende estimular o debate sobre esta questão estruturante da sociedade portuguesa.

Os Juízes na Sociedade da Informação

Nº: 1104

Natureza: Seminário

Líder:

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

Pretende-se com esta iniciativa debater entre diferentes gerações o modo como estas entendem a Sociedade da Informação e do Conhecimento.

O que são hoje os chamados nativos, emigrantes e “sem abrigo” da era digital e de que modo percebem eles o mundo digital em que vivemos? Haverá hoje uma nova ideologia associada à tecnologia, na qual se poderão, ou não, inserir novas perspectivas para velhos conceitos como sejam as redes sociais, o *networking*, a cidadania ou a democracia?

Estamos a evoluir na Sociedade da Informação ou na Sociedade dos *Gadgets* ou ambas fazem parte da mesma realidade? Será a Sociedade dos *Gadgets* um estágio de realização da Sociedade da Informação? Será um seu inibidor ou facilitador?

Como encaram as diferentes gerações aspectos como o processo de aprendizagem, o processo de inovação, a criatividade, o modo e o valor do uso da informação bem como as novas formas de realizar tarefas.

Estes são alguns dos aspectos que a APDSI se propõe debater confrontando representantes de gerações bem distintas mas claramente inseridos no mundo digital de hoje.

Encontro de Gerações para debate da Sociedade da Informação

Nº: 1105

Natureza: Seminário

Líder:

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

O conceito de Sociedade da Informação ainda requer reflexão e análise no que respeita à sua implantação e à sua evolução. Assim, em complemento dos Encontros da Arrábida, que se assumem como um “processo de reflexão sobre o que imaginamos ser o caminho para melhor desenvolvermos e endogeneizarmos os benefícios de uma Sociedade baseada na Informação e no Conhecimento”, importa recolher contributos que dêem pistas para uma prospectiva da evolução da Sociedade da Informação.

Na sequência do Ciclo de Conferências realizado com notável êxito em 2005, a APDSI pretende realizar em 2009 um novo Ciclo de Conferências “Pensar a Sociedade da Informação”, em que serão identificados os temas estruturantes da sua evolução por alguns dos mais conceituados pensadores internacionais neste domínio.

Ciclo de Conferências – Pensar a Sociedade da Informação

Nº: 4030-02

Natureza: Seminário

Líder:

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

O ano de 2009 será um ano marcado por eleições europeias, legislativas e autárquicas no nosso país, o que torna particularmente oportuna a discussão sobre o papel da sociedade da informação no exercício da cidadania e no desenvolvimento do sistema democrático.

Na sequência do Estudo apresentado em 2008, a APDSI vai organizar uma conferência em que se abordarão temas como:

- Os ciclos de decisão democrática na SI.
- A participação dos cidadãos no processo legislativo.
- A Web X.0, as comunidades de prática e as redes sociais no processo político.
- O voto electrónico.

O Desenvolvimento da Democracia Electrónica

Nº: 1003-01

Natureza: Conferência

Líder:

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

A existência de mecanismos que protejam cidadãos e empresas da utilização abusiva dos seus dados constitui uma garantia fundamental num Estado de direito democrático. Nesse sentido o nº 5 do artigo 35º da Constituição da República Portuguesa determina a proibição da atribuição de um número nacional único aos cidadãos.

Embora as leis nacionais visem a protecção de alguns direitos, existem diferenças que podem criar obstáculos à livre circulação de informação e encargos adicionais aos operadores económicos e aos cidadãos. Em certos casos, pode haver um conflito entre dois valores constitucionalmente previstos: o direito à informação (que pode ser titulado por várias pessoas), e o direito à reserva da vida privada (do qual faz parte a protecção dos dados pessoais). Encontramo-nos assim perante a existência de dois direitos antagónicos.

A realização eficaz e eficiente dos fins do Estado no domínio da promoção da justiça e da igualdade, e também no que respeita à prestação de um serviço completo e de qualidade aos cidadãos (contribuindo para a transparência da administração pública, para a redução de custos e para o aumento da produtividade ao nível do País), conduz-nos a posições muitas vezes controversas sobre a actualidade e conveniência do artigo 35º da Constituição.

A APDSI promoveu um primeiro debate público sobre a actualidade e a conveniência decorrente dos termos actuais do artigo 35º da Constituição da República Portuguesa, através de conferência sobre os “Prós e Contras” de cada uma das opções em relação ao futuro do “Número Único”. Pretende-se agora prosseguir com um estudo, de forma a manter viva a reflexão sobre esta temática.

Art. 35º da Constituição – Numero Único, Sim ou Não?

Nº: 1075-01

Natureza: Estudo

Líder: João Matias

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

Com este seminário pretende-se debater o futuro da privacidade e da propriedade intelectual, no contexto da globalização e do surgimento de novas formas de exploração da tecnologia. Concretamente, analisar se o uso legítimo das tecnologias para proteger as obras, pode ser prejudicial ao direito dos indivíduos à privacidade ou à utilização dos direitos de autor. Analisar estes aspectos à luz das diferenças entre o mundo dentro e fora da Internet.

Eventuais temas para debate:

- Utilização e *Enforcement* da tecnologia DRM e seus limites legais;
- Posição da CNPD sobre os princípios aplicáveis à protecção de dados pessoais na gestão dos direitos digitais;
- O acordo Olivennes, no que concerne as obrigações dos ISPs de reter dados e o respeito pelos direitos de propriedade intelectual;
- A adaptação da legislação de dados pessoais aos novos desafios, em Espanha. Casos como Google mail;
- Os direitos de propriedade industrial face aos novos desafios (análise da legislação portuguesa respeitante ao *adwords* e *enforcement* de marcas na Internet).

Fronteiras legais da Propriedade Intelectual na Internet e a protecção de dados pessoais, no tráfego da Internet – Novos desafios

Nº: 1120

Natureza: Seminário

Líder:

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

No ano de 2005 a APDSI lançou um projecto destinado à recolha, sistematização e divulgação da terminologia portuguesa considerada mais adequada para representar os conceitos relevantes da Sociedade da Informação em que vivemos.

Esse projecto conduziu à elaboração de um documento intitulado “Glossário da Sociedade da Informação”, onde foram incluídos mais de quatrocentos termos em português e respectivas definições, com os equivalentes em inglês, para além de outros itens auxiliares que contribuem para uma melhor compreensão dos termos seleccionados (classificação gramatical, sinónimos e termos relacionados).

O trabalho foi continuado pelo grupo de forma permanente, tendo sido possível publicar em 2007 uma segunda versão com cerca de seiscentos termos. Em 2009, será publicada nova versão que conterà praticamente todos os termos das versões anteriores, sujeitos a uma cuidadosa revisão, e incluirá os resultados da recolha e tratamento de novos termos.

Glossário da Sociedade da Informação - Versão 2009

Nº: 9040-04

Natureza: Estudo

Líder: José Palma Fernandes

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

2.2. MERCADO & TECNOLOGIAS

A aceitação que teve o Estudo “Do Analógico ao Digital - O Trabalho na Sociedade do Conhecimento”, aquando da sua apresentação pública em Dezembro de 2008, mostrou que o tema se mantém importante e actual.

Foi objectivo deste estudo da APDSI representar um passo no sentido de se “convocar” mais pessoas interessadas em aprofundar este domínio, em recolher e tratar informação disponível e pertinente, em construir competências e em se integrarem em equipas nacionais e internacionais que permitam situar Portugal num contexto mais vasto.

O objectivo de promover uma sociedade da informação e do conhecimento inclusiva, preocupada com a qualidade da vida dos indivíduos, depende de opções de fundo relativamente à organização societal existente e ao papel da educação, dos governos, das empresas e dos indivíduos nesse processo. Sobretudo este aspecto pode revelar-se mais decisivo com o aumento da flexibilidade laboral na Europa, especialmente do tipo que poderia ser previsto com base no pressuposto do efeito negativo da globalização.

Procurando responder a algumas expectativas transmitidas por entidades diversas, a APDSI considera de grande interesse e oportunidade a realização de uma conferência, com a colaboração da APG - Associação Portuguesa dos Gestores e Técnicos dos Recursos Humanos, prosseguindo os objectivos gerais definidos no Estudo anterior e aprofundando as suas conclusões.

Do Analógico ao Digital – O Trabalho na Sociedade do Conhecimento

Nº: 1024-01

Natureza: Conferência

Líder: António Brandão Moniz

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

O Papel do notariado tem evoluído significativamente nos últimos anos nomeadamente, através da privatização, da automatização de processos, da redução de formalidades.

O exercício da “fé pública” está progressivamente a ser assegurado por sistemas inteligentes, troca de *web services*, partilha de repositórios comuns, sincronização de bases de dados, etc.

É oportuno reflectir, no âmbito da Sociedade da Informação, sobre o papel do Notariado face ao desenvolvimento da administração pública electrónica em Portugal, os seus modelos de negócio, bem como sobre o papel do Estado e das entidades privadas que actuam em seu nome para garantir os direitos dos cidadãos e das empresas nos diversos actos e contratos que requerem a garantia de “fé pública”.

É neste sentido que a APDSI se propõe organizar uma conferência sobre esta temática.

Perspectivas Actuais do Notariado Electrónico em Portugal

Nº: 2106

Natureza: Conferência

Líder: Luís Vidigal

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

Estamos perante uma atitude global de aceleração da utilização das TIC na área da Saúde. Para tal contribuem diferentes factores tais como, as crescentes necessidades da sociedade, o desenvolvimento científico e tecnológico e as limitações orçamentais da governação pública e privada.

As transacções electrónicas e os novos paradigmas de aprendizagem, interacção e decisão estão no campo das soluções expectáveis.

Com este evento pretende-se trazer para a sociedade civil um momento de reflexão sobre estas questões e onde se encontra Portugal nesta trajectória de mudança.

Esta iniciativa será desenvolvida em articulação com entidades do Ministério da Saúde, entidades prestadoras de cuidados de saúde públicas e privadas, com instituições universitárias e com fornecedores de soluções e tecnologias.

As TICs e a Saúde no Portugal de 2009

Nº: 2107

Natureza: Conferência

Líder: Grupo de Trabalho Permanente da Saúde

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

Esta iniciativa, a desenvolver em parceria com o Hospital do Futuro, pretende compilar e analisar alguns casos exemplificativos do percurso de *e-Health* em Portugal desde 2004.

Transformação na Saúde em Portugal: O Papel das Transacções Electrónicas

Nº: 2108

Natureza: Estudo

Líder: Grupo de Trabalho Permanente da Saúde

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

Hoje a Competitividade a nível global estabelece-se entre empresas sujeitas a uma intensa concorrência. Esta é fundamental para reduzir os custos das empresas, aumentar a inovação e torná-las mais eficientes.

O objectivo desta Conferência consiste em explorar as interconexões no trinómio acima referido.

Em particular, para se desenvolver, a economia portuguesa tem que estabelecer um quadro interno concorrencial para que as empresas aprendam a competir no mercado global. É a dinâmica da concorrência e mobilidade económica que estimula o aparecimento de novas empresas e a expansão das mais produtivas.

O Seminário explorará em particular os seguintes temas:

- O *nexus* entre concorrência e produtividade na economia nacional e em especial nas novas tecnologias.
- As políticas de enquadramento institucional que intensificam a concorrência e mobilidade económica e o seu estado em Portugal
- Reformas destas políticas para aumentar a competitividade da economia portuguesa.

Concorrência, Competitividade e Sociedade do Conhecimento

Nº: 2109

Natureza: Seminário

Líder: Abel Mateus

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

Neste estudo pretende-se analisar as opções estratégicas, desempenho económico, modelos de decisão, concorrência, regulação, orientação da despesa pública, eficácia e eficiência dos investimentos essenciais à construção da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Esta reflexão é de grande relevância num contexto de opções políticas que envolvam o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento numa perspectiva estratégica.

Temos presente que o contributo desse desenvolvimento para a melhoria de produtividade, controlo da despesa pública e para a competitividade da economia portuguesa é relevante, num contexto em que a construção da Sociedade da Informação é apresentada como um desígnio inquestionável, sendo essencial sistematizar o quadro de condicionantes a que esta está sujeita.

Desafios e Condicionantes Económicas da Sociedade da Informação

Nº: 2052-01

Natureza: Estudo

Líder: Teodora Cardoso e
Joaquim Alves Lavado

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

2.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As iniciativas e programas de eGov conquistaram um papel indiscutível e de relevo na agenda política dos governos de todo o mundo, constituindo hoje tema central às discussões sobre a modernização das Administrações Públicas, desburocratização e competitividade.

Portugal não constitui excepção neste domínio tendo mesmo, nos últimos anos, atingido notoriedade internacional pela diversidade de realizações e inovação evidenciada no programa anual de iniciativas dinamizadas sob a “marca” SIMPLEX.

Dada a rápida evolução que se vem observando neste domínio justifica-se, em ano de eleições, organizar, uma vez mais, este workshop focando, nesta edição, a dupla perspectiva de análise do caminho percorrido nestes últimos quatro anos e da perspectiva da evolução a médio prazo e respectivo quadro de oportunidades e constrangimentos.

Ponto de Situação da Administração Pública Electrónica – A Legislatura

Nº: 3013-07

Natureza: *Workshop*

Líder: Luis Vidigal

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios: SAP

A temática da governação das TIC na Administração Pública é referida na maior parte das actividades referentes à AP promovidas pela APDSI. Na opinião de muitas pessoas o PRACE constituiu uma oportunidade perdida no que se refere à criação de uma entidade que assumisse responsabilidades de governação no domínio das TIC na AP. É importante que os responsáveis pelas políticas governamentais nesta matéria, entre outros aspectos:

- Manifestem uma visão clara dos sistemas que pretendem construir para a AP, capaz de mobilizar e co-responsabilizar para esse projecto todos os actores dessa mesma AP, quer estejam a montante quer a jusante das TIC;
- Promovam o estabelecimento, gradual mas urgente, sob a coordenação de um responsável que se lhes dedique em exclusivo, uma arquitectura global de informação, processos e serviços para o conjunto da administração pública nacional, passando a articular em torno dela todas políticas, que até aqui têm vindo a ser lançadas de forma avulsa e descoordenada;
- Assegurem que, em ligação com a medida anterior, sejam estabelecidos mecanismos e responsabilidades que garantam elevada eficácia e eficiência nos processos de auditoria e controlo e na subsequente garantia de transparência para o cidadão e para os agentes da AP. O papel atribuído às entidades coordenadoras sectoriais (ECS) que estão orientadas para as TIC na AP é distribuído, vulnerável a conflitos de interesse, e reduz fortemente a importância estratégica de que se reveste o tema.

Atendendo às muitas opiniões e sugestões recolhidas, a APDSI acredita que se justifica efectuar um estudo sobre o tema, o qual possa contribuir para uma melhor percepção de vantagens e inconvenientes associados a uma praxis baseada numa governação única e global da vertente TIC na AP.

A Governação das TICs na Administração Publica

Nº: 3110

Natureza: Estudo

Líder: Luis Vidigal

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

O acesso à actividade comercial e industrial e a permissão para construção de obras particulares, entre outros, requerem autorizações prévias por parte das entidades públicas e constituem exemplos de licenciamentos que, na maioria das vezes, se traduzem numa carga burocrática para os cidadãos e para agentes económicos, com evidentes custos de contexto para toda a sociedade.

A pressão para a redução do défice público e a necessidade de corte das despesas do Estado passa em grande parte pela redução dos custos de funcionamento que decorrem dos actuais procedimentos burocráticos, totalmente desajustados das oportunidades proporcionadas pelas tecnologias da sociedade da informação.

Portugal teve avanços significativos, através da iniciativa “Empresa na Hora”, na aceleração dos procedimentos de criação e registo de empresas, mas os licenciamentos ainda constituem um bloqueio ao funcionamento de muitas actividades comerciais e industriais e ainda são uma razão importante para o défice de competitividade do país. Raramente um processo de licenciamento se esgota dentro de uma única unidade orgânica ou de governo (central e local) o que torna a partilha e a desmaterialização de dados e informação um requisito necessário à aceleração e à transparência dos processos decisórios.

A APDSI publicou em 2003 um estudo sobre “Processos Básicos” e em 2007 um estudo sobre o processo de compra de habitação, denominado “Casa na Hora”, onde foram efectuadas propostas radicais de re-engenharia deste processo.

Nesta linha de actuação, a APDSI propõe-se em 2009 realizar uma conferência “Como Reduzir a Carga Burocrática dos Licenciamentos em Portugal”, tentando contribuir deste modo para a redução dos custos de contexto no funcionamento da economia real e aumentar a competitividade do nosso país.

Desmaterialização dos Processos de Licenciamento

Nº: 3111

Natureza: Seminário

Líder: Luis Vidigal

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

Prosseguindo uma tendência de descentralização e desconcentração de competências para as autarquias, estas têm assumido responsabilidades cada vez mais alargadas em relação aos seus municípios, necessitando de mais e melhores soluções tecnológicas, capazes de melhorar e acelerar os processos decisórios e de facilitar o contacto com os cidadãos e agentes económicos.

A utilização das tecnologias da sociedade da informação nas autarquias constitui um factor de competitividade geográfica, de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e de desenvolvimento económico e social a nível local e regional.

Na sequência do ciclo de Workshops dedicados ao tema “Administração Pública Local: Perspectivas de Desenvolvimento no Âmbito da Sociedade da Informação”, a APDSI propõe-se desenvolver um estudo que vise analisar as oportunidades e os constrangimentos na utilização e aplicação de tecnologias da sociedade da informação na gestão autárquica e na aceleração dos respectivos processos administrativos, capazes de facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços municipais e permitir a redução de custos e de tempos de espera no atendimento e na resolução eficaz dos problemas quotidianos e de proximidade dos cidadãos e agentes económicos.

Potencialidades e Constrangimentos da Sociedade da Informação na Administração Local

Nº: 3112

Natureza: Estudo

Líder:

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

2.4. ACTIVIDADES REGULARES

Este encontro vem na continuidade dos encontros anuais realizados desde 2002 e tem como objectivo reunir um conjunto de personalidades que possam em conjunto, e de diferentes perspectivas, reflectir e explorar novas ideias e entendimentos sobre o que será o futuro da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal e num mundo que, como sabemos, é cada vez mais complexo e incerto colocando-nos perante constantes desafios individuais e colectivos.

Pretende-se continuar um processo de análise e de reflexão sobre o que imaginamos ser o caminho para melhor desenvolvermos e endogeneizarmos os benefícios de uma sociedade baseada na informação e no conhecimento.

Discutir ideias, baseados em necessidades, valores e modos de comportamento em que acreditamos hoje, mas que permitam também posicionar-nos para além das nossas rotinas diárias e considerar papéis e intervenções alternativas a esses quotidianos é também um objectivo a alcançar.

Pensar no futuro implica tentarmos perceber de que modo a sociedade, como um todo, influencia a inovação tecnológica e a adopção de novas tecnologias, e noutro sentido, explorar de que forma estas vão ao encontro das necessidades dos cidadãos, dos diferentes grupos sociais, dos agentes económicos e das instituições em geral.

Este ano pretende-se em consonância com as recomendações do Grupo de Alto Nível da APDSI levar a cabo uma reflexão sobre os possíveis contributos da sociedade da informação para a

Fórum da Arrábida – Repensar o Futuro da Sociedade da Informação: O Papel do Poder Local

Nº: 4016-08

Natureza: Encontro de Reflexão

Líder: Direcção APDSI

Prazo de execução: 4º trimestre 2009

Patrocínios:

modernização e regeneração do Poder Local, envolvendo os actores da vida económica e social local.

Os resultados destas reflexões, sob a forma de conclusões do encontro, serão entregues aos Grupos Parlamentares, Membros do Governo, empresas e instituições associadas, para além da divulgação através da Internet e da Comunicação Social. Trata-se assim de um contributo da Associação para que o País não desperdice as oportunidades emergentes.

Desde o início da sua actividade que a APDSI promove anualmente a atribuição de um conjunto de prémios e homenagens, no espírito das várias iniciativas promovidas no sentido do desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

Os Prémios “Sociedade da Informação” - “Personalidade do Ano” e “Editorial” - são entregues em cerimónia conjunta.

Na mesma cerimónia é também prestada a Homenagem a “Uma Vida”.

Prémios e Homenagens “Sociedade da Informação”

Nº: 4018

Líder: Direcção APDSI

Este prémio tem por objectivo destacar e galardoar anualmente uma personalidade que se tenha distinguido pelo seu contributo para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

Um júri escolhe de um conjunto de nomeações propostas por sócios da APDSI e por entidades especificamente convidadas para o efeito a personalidade a quem é atribuído o prémio Personalidade do Ano 2009.

Este prémio que tem o patrocínio das empresas *Oracle* e *Sun Microsystems*, conta também com o apoio do Jornal Expresso.

Prémio “Personalidade do Ano no domínio da Sociedade da Informação”

Nº: 4018-10

Natureza: Prémio

Líder: Direcção APDSI

Prazo de execução: 2º semestre 2009

Patrocínios: Oracle - Sun - Expresso

O “Prémio Editorial Sociedade da Informação 2009” integra um conjunto variado de iniciativas públicas e privadas, as quais constituem uma participação importante da sociedade civil para o desenvolvimento da sociedade digital.

O Prémio tem por fim reconhecer, distinguir e estimular a publicação de trabalhos - tanto na forma impressa como na forma digital - enquanto contributo positivo para o progresso da Era da Informação em Portugal.

O tema obrigatório deste concurso é “Sociedade da Informação - Presente e Futuro”.

São admitidos a concurso trabalhos:

- Que tenham sido produzidos e publicados na imprensa escrita portuguesa (nacional e regional) e/ou no ciberespaço (em blogues ou em sítios jornalísticos na *World Wide Web*), no período de 1 de Julho de 2008 a 31 de Junho de 2009;
- Que sejam da autoria de jornalistas ou de alunos finalistas de cursos superiores de Comunicação Social ministrados por estabelecimentos de ensino portugueses e oficialmente reconhecidos.

Prémio Editorial “Sociedade da Informação” 2009

Nº: 4018-11

Natureza: Prémio

Líder: Direcção APDSI

Prazo de execução: 2º semestre 2009

Patrocínios: Oracle - Sun

A APDSI crê que é seu dever promover, através de uma cerimónia singela, uma homenagem póstuma a uma personalidade portuguesa que, ao longo da sua vida, se tenha distinguido por um contributo afirmativo para o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal.

A Homenagem a “Uma Vida” constituirá assim uma posição pública da APDSI em reconhecimento e em agradecimento pelo contributo do homenageado em nome da sociedade portuguesa.

Em 2009 tem lugar a quarta edição desta Homenagem.

Homenagem a “Uma Vida”

Nº: 4018-12

Natureza: Homenagem

Líder: Direcção APDSI

Prazo de execução: 2º semestre 2009

Patrocínios: Oracle - Sun

As Olimpíadas Nacionais de Informática consistem num concurso de programação, dirigido aos alunos das escolas secundárias, em que a equipa vencedora de cada edição nacional participa nas Olimpíadas Internacionais de Informática, a realizar sob os auspícios da UNESCO, num país anfitrião.

A componente técnica desta actividade é gerida em colaboração com uma Instituição Pública Universitária.

O sucesso desta iniciativa tem sido crescente, tanto em interesse e intensidade das participações, como em número de alunos e de escolas, tendo as finais nacionais tido lugar em diversas regiões do país.

Olimpíadas da Informática 2009

Nº: 4035-05

Natureza: Concurso

Líder: Fernandes de Almeida e
Pedro Guerreiro

Prazo de execução: 2º e 3º trimestre 2009

Patrocínios: CGD, FCT, Fundação Calouste
Gulbenkian, IEFP

A primeira actividade pública da APDSI consistiu na realização de um debate com os Partidos Políticos sobre as “Estratégias para a Sociedade da Informação e do Conhecimento”, em 12 de Março de 2002, durante a campanha eleitoral para as eleições legislativas desse ano.

Posteriormente realizou-se novo debate, sobre o mesmo tema, a meio do mandato do Governo que resultou dessas eleições, tendo esse debate ocorrido, por razões de carácter simbólico, a 12 de Março de 2004, no mesmo local da iniciativa original.

Esta iniciativa tem vindo a ser repetida sistematicamente em cada campanha eleitoral para a Assembleia da República e a meios das respectivas legislaturas.

Dada a relevância que a temática da Sociedade da Informação e do Conhecimento tem na agenda política contemporânea, quer no domínio instrumental da modernização operacional do Estado quer no do padrão de desenvolvimento do perfil de competências do País, na procura de construção e consolidação de factores de competitividade, a APDSI irá organizar novo debate durante a campanha eleitoral deste ano.

Debate com os Partidos Políticos sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento

Nº: 4036-06

Natureza: Debate Público

Líder: Direcção APDSI

Prazo de execução:

Patrocínios: APDSI

O desenvolvimento da Sociedade da Informação constitui indubitavelmente um elemento chave no posicionamento competitivo das Nações no contexto da globalização.

Na inexistência de um acompanhamento estatístico sistemático adequadamente publicitado, não temos tido no nosso País uma percepção clara da evolução que se verifica em componentes importantes da realização de avanços no domínio da Sociedade da Informação em Portugal.

A APDSI, em colaboração com o jornal Expresso e com a empresa Eurosondagem, tem mantido um Barómetro regular, baseado num inquérito trimestral a um painel alargado e estável de especialistas, com o objectivo de obter uma síntese abrangente da percepção qualitativa geral acerca do desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

Torna-se importante analisar criticamente a experiência no sentido de incorporar os ajustamentos adequados a desenvolver a utilidade do Barómetro enquanto instrumento de acompanhamento da evolução da Sociedade da Informação.

Barómetro da Sociedade da Informação

Nº: 4058

Natureza: Barómetro

Líder: Direcção APDSI

Prazo de execução: Actividade permanente

Patrocínios: INA (parcial)

Expresso (media partner)

O Grupo de Alto Nível (GAN) tem a missão de facultar à Associação, de uma forma sistemática e continuada, uma avaliação qualitativa e quantitativa da acção dos Órgãos de Soberania e de outras iniciativas relevantes na área da Sociedade da Informação e do Conhecimento. O GAN contará como principais padrões de referência: o programa eleitoral, as Grandes Opções do Plano e o programa do Governo, estudos e estatísticas nacionais, da Comissão europeia, da OCDE, da UNESCO, e outros documentos que se julguem pertinentes.

O GAN é composto por um número ímpar de membros, seleccionados individualmente pela Direcção da Associação, e que, nessa sua colaboração com a APDSI, colocam o seu conhecimento, a sua experiência e esforço individual ao serviço da comunidade nacional.

A experiência e responsabilidades profissionais dos membros, constituem o principal valor do GAN - procurando-se que estejam representados vários sectores da economia e da sociedade portuguesa.

O GAN produz periodicamente um documento de posição sobre um tema de interesse nacional, procurando-se sempre que o mesmo seja pertinente, actual e relevante relativamente à Sociedade da Informação.

A acção do GAN constitui uma colaboração competente e interessada, ajudando a melhorar e/ou ajustar acções que o Governo esteja a desenvolver ou a planear, e que tenham impacto na Sociedade da Informação.

Grupo de Alto Nível (GAN)

Nº: 4059

Natureza: Grupo Permanente

Líder: APDSI – Presidente da Direcção

Prazo de execução: Actividade permanente

Patrocínios: APDSI

O Conselho Estratégico para a Notoriedade da APDSI (CENA) tem a missão de facultar à Associação, de uma forma sistemática e continuada, uma avaliação qualitativa e quantitativa do estado da notoriedade das actividades da Associação, bem como de aconselhar a Direcção sobre a estratégia a seguir no sentido de um sucesso sustentado dessa notoriedade.

O CENA é composto por membros, seleccionados individualmente pela Direcção da Associação, e que, nessa sua colaboração com a APDSI, colocam o seu conhecimento, a sua experiência e o seu esforço individual ao serviço da comunidade nacional.

A experiência e responsabilidades profissionais dos membros, constituem o principal valor do CENA, procurando-se que estejam representados vários sectores da economia e da sociedade portuguesa.

O CENA reúne semestralmente e a sua actividade constitui uma colaboração competente e interessada, ajudando a melhorar o impacto que as iniciativas levadas a efeito pela Associação terão no Desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

Conselho Estratégico para a Notoriedade da APDSI (CENA)

Nº: 4113

Natureza: Grupo Permanente

Líder: APDSI – Presidente da Direcção

Prazo de execução: Actividade permanente

Patrocínios: APDSI

A APDSI reconhece a dinâmica que se tem manifestado na Região Norte do País e o notável potencial de capital humano para a Sociedade da Informação da região no domínio académico, científico e empresarial.

Deste modo, a APDSI pretende dar início ao processo de abertura de um pólo de actividade regional, que congregue os associados individuais e empresariais da região, e dinamize iniciativas de interesse neste âmbito.

Abertura da Delegação Norte

Nº: 4122

Natureza: Actividade Permanente

As diferentes áreas de actividade e sectores sociais que lideram a emergência da Sociedade da Informação, bem como os enquadramentos político-sociais, estrutural ou conjunturalmente relevantes, devem ser acompanhados de uma forma sistemática, permanente e cuidada.

Só assim, de uma forma descentralizada e multidisciplinar, será possível à APDSI criar as condições para emitir com oportunidade e rigor comentários e sugestões públicas sobre os diversos aspectos que afectam o desenvolvimento da Sociedade da Informação em áreas específicas com impacto no quotidiano dos cidadãos, das empresas e da administração pública.

Como alvo de acompanhamento sistemático, foram identificadas como prioritárias, as áreas temáticas “Educação”, “Justiça”, “Saúde”, “Negócio Electrónico”, “Fórum Profissional” e “Sistemas de Informação Geográfica”. Enriquecendo este conjunto criou-se o “Fórum de Executivos da Sociedade da Informação (FESI)” como espaço de debate e de reflexão participado por dirigentes de alto nível envolvidos na construção da Sociedade da Informação.

Estes grupos foram constituídos no passado recente, perspectivando-se assim a activação e acção continuada destes sete grupos permanentes, no âmbito da APDSI, para assegurar, em cada área referida, os objectivos gerais enunciados.

Grupos Especializados, no âmbito da APDSI

Para cada Grupo

Nº: 4060

Natureza: Grupo Permanente

Prazo de execução: Actividade permanente

Assegurar a actividade, segundo o modelo organizacional definido para as estruturas de grupos permanentes, de um grupo especializado que permita à APDSI acompanhar em permanência a temática do Negócio Electrónico.

Este grupo pretende levar a cabo actividades de produção de reflexão e sistematização de informação nos seguintes domínios:

- Caracterização do domínio do negócio electrónico, e da realidade nacional, e identificação de medidas para estimular a adopção pelas empresas e pelos consumidores
- *Standards*, legislação e interoperabilidade
- Paradigmas emergentes (acessibilidade, tecnologias, SOA, ubiquidade, integração de sistemas de apoio à decisão e de inteligência artificial)
- Empresas Virtuais e modelos empresariais emergentes

Grupo “Negócio Electrónico” (GNE)

Nº: 4060-01

Líder: Ramiro Gonçalves

Co-Líder: Jorge Pereira

Patrocínios:

O presente plano anual de actividades deste Grupo de Trabalho pretende manter uma visão geral da Educação na sua relação directa com o desenvolvimento da sociedade da educação e do conhecimento, mas sobretudo focar-se em dois planos de actuação:

- Plano vertical - Na relação do sistema de ensino organizado por níveis de ensino - pré-escolar, ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos), ensino secundário, ensino profissional, educação e formação de adultos e ensino superior - e o desenvolvimento da sociedade da educação e do conhecimento. Foram identificados os seguintes temas: Currículo, Órgãos de Gestão, Professores e Alunos.
- Plano horizontal - Onde a Educação se entrecruza com outras áreas da sociedade vitais para o desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento. Foram identificados os seguintes temas: Formação ao longo da vida, literacia tecnológica e info-exclusão.

Grupo “Educação” (GE)

Nº: 4060-02

Líder: Nuno Guarda

Co-Líder: Ana Paula Ferreira

Patrocínios: Cisco

Assegurar a actividade, segundo o modelo organizacional definido para as estruturas de grupos permanentes, de um grupo especializado que permita à APDSI acompanhar em permanência a temática da Justiça.

No âmbito da abordagem de temas específicos, o Grupo decidiu centrar em 2009 os seus esforços no tema: Democratização e Modernização do Processo Legislativo.

Numa primeira abordagem ao tema, por forma a delimitar o seu âmbito, entendeu-se que o tratamento se deveria centrar, num primeiro trabalho, no estudo do que constituem as *best practices* na produção legislativa, partindo das experiências nos diferentes países da União Europeia e dos EUA, e abordando vertentes como a coerência legislativa, concentração de emissão e prévia revisão, revogação de legislação anacrónica, análise de impactos financeiros e sociais, revisão técnica e discussão pública, entre outros aspectos.

Desenvolver uma colaboração efectiva com a Secretaria de Estado da Justiça. Pretende-se com esta colaboração, que será formalizada através de um protocolo, tanto envolver o Ministério da Justiça nos trabalhos do Grupo, trazendo assim um precioso contributo para os resultados a apresentar, como disponibilizar o Grupo para participação nos projectos que estão a ser levados a cabo pelo Ministério da Justiça, aportando a estes a nossa experiência e os nossos conhecimentos. A aproximação da APDSI e do Ministério da Justiça, permitirá com as sinergias criadas nos dois sentidos um maior, mais eficiente e mais focado desenvolvimento da Sociedade da Informação no sector da Justiça.

Grupo “Justiça” (GJ)

Nº: 4060-03

Líder: Fernando Resina da Silva

Co-Líder: Graça Ermida

Patrocínios:

Assegurar a actividade, segundo o modelo organizacional já definido para as estruturas de grupos permanentes, que permita à APDSI acompanhar em permanência um Fórum relacionado com as profissões mais directamente relacionadas com a Sociedade da Informação e a Saúde. Para além de outras iniciativas, o grupo deverá produzir, anualmente, um documento de posição sobre a leitura da situação observada em Portugal no seu domínio de análise.

Os objectivos estabelecidos por este grupo para 2009 são os seguintes:

1. Considerar as seguintes áreas temáticas:
 - a. Acompanhamento da Política de Sistemas e Tecnologias de Informação no Sector da Saúde em Portugal.
 - b. A Certificação de Soluções Informáticas para a Saúde.
 - c. A Aceleração do Mercado de *eHealth* em Portugal (na senda da Europa).
(“Accelerating the development of the eHealth Market in Europe” *eHealth Taskforce report 2007*)
2. Levar a cabo as seguintes iniciativas já definidas: Transformação na Saúde em Portugal: O Papel das Transacções Electrónicas; As TICs e a Saúde no Portugal de 2009.

Grupo “Saúde” (GS)

Nº: 4060-04

Líder: Maria Helena Monteiro

Co-Líder: Fernando Rodrigues

Patrocínios:

Este grupo permanente, funcionando segundo o modelo organizacional definido para as estruturas de grupos permanentes, orienta a sua acção no sentido de manter um Fórum permanente associado às profissões mais directamente relacionadas com as TIC. As actividades deste grupo “Fórum Profissional” focam os diversos aspectos associados à vertente profissional dos agentes que intervêm, com responsabilidade directa, na construção e na evolução da Sociedade da Informação.

Essas actividades incluem: observação, análise, produção de recomendações, dinamização de acções de divulgação e de discussão sobre temas que definem a esfera de acção do grupo.

Fórum Profissional (FP)

Nº: 4060-05

Líder: António Pina

Co-Líder: António Maio

Patrocínios:

Assegurar a actividade, segundo o modelo organizacional definido para as estruturas de grupos permanentes, de um grupo especializado que permita à APDSI acompanhar em permanência a temática dos Sistemas de Informação Geográfica e da Informação Espacial.

Tendo em conta a sua recente criação, o Grupo Permanente de Sistemas de Informação Geográfica (GP SIG) procurará, durante o ano de 2009, aumentar a sua visibilidade junto da comunidade SIG e por essa via garantir a integração no grupo dos mais dinâmicos e reputados especialistas na área.

Focar a atenção para a directiva comunitária INSPIRE e sua transposição para a realidade portuguesa é, sem dúvida, um tema estratégico capaz de suscitar grande interesse junto da comunidade SIG, mas também em audiências mais vastas. Assim, neste primeiro ano de actividade a directiva INSPIRE constituirá o cerne do trabalho e terá a sua face visível num Seminário a realizar durante o 1º semestre de 2009.

Os objectivos estabelecidos por este grupo para 2009 são os seguintes:

1. Documento de posição sobre a leitura da situação observada em Portugal.
2. Promover um Seminário sobre a directiva INSPIRE (*Infrastructure for Spatial Information in the European Community*). Com este seminário pretende-se analisar o progresso da transposição da directiva, contando com a participação de diferentes *stakeholders*.
3. Produzir um documento subordinado ao tema “A Importância dos SIGs para o Desenvolvimento e Competitividade”, com contribuições de diferentes especialistas e que ajude a compreender e sistematizar o papel desta tecnologia na criação de valor.
4. Estruturar Equipas de Trabalho que assegurem o desenvolvimento de outras áreas temáticas específicas.

Grupo “Sistemas de Informação Geográfica” (GSIG)

Nº: 4060-06

Líder: Fernando Bação

Co-Líder: Pedro Grilo

Patrocínios:

Constitui um objectivo para melhorar a interacção da APDSI com a comunidade profissional da SI a dinamização do espaço de diálogo e reflexão em tempo ocupado pelo Clube de Executivos de Informática.

Neste sentido procedeu-se ao lançamento de um Grupo Permanente para estruturar esta nova área de iniciativas, aproveitando as sinergias resultantes de actividades da APDSI que possam ser especialmente relevantes para os executivos.

Esta abordagem não exclui o convite a personalidades relevantes para o desenvolvimento da sociedade da informação, para poderem apresentar a sua visão e as actividades em que estão envolvidas.

Fórum de Executivos da Sociedade da Informação (FESI)

Nº: 4060-07

Líder: Magalhães Corrêa

Co-Líder: Luis Pinto

Patrocínios:

A realização de um conjunto de três sessões sobre as Leis Portuguesas na SI em Dezembro de 2005, em iniciativa conjunta da Ordem dos Advogados e da APDSI, conduziu à constatação de que não só havia interesse em aprofundar os temas então abordados (criminalidade informática, comércio electrónico e direito de autor) como em debater outras questões no mesmo âmbito.

Com este objectivo a APDSI, a Ordem dos Advogados e o Centro de Estudos Judiciários estão a preparar a constituição de um Fórum de Reflexão, congregando várias instituições e entidades, que concretize um debate multidisciplinar sobre estas questões.

A APDSI tem, ao longo dos anos, dedicado particular atenção aos problemas do cruzamento entre a Justiça e os desafios permanentes da Sociedade da Informação. É nossa convicção que a comunidade jurídica tem muito ganhar pela institucionalização de um fórum permanente de reflexão sobre estas matérias. Na verdade, todos os dias a sociedade é confrontada com a expansão do cibercrime, do governo electrónico, da contratação electrónica, da desmaterialização documental ou da invasão da privacidade dos cidadãos, usando meios electrónicos. Se é certo que a outros compete a iniciativa legislativa, tudo recomenda que quem lida com estas matérias as estude, aprofunde, elabore estatísticas, modelos de análise, apresente propostas, enfim, reflecta sobre esta realidade em que vivemos.

A APDSI tem consciência de que este labor só terá proveitos se assentar no contributo de várias especialidades e, assim, pensou na criação, à semelhança do que sucede noutros países europeus, de uma estrutura flexível, sob a forma de um fórum de reflexão sobre os Direitos na Internet. Pretende-se organizar e realizar um debate público onde sejam abordadas matérias relevantes para a Sociedade de Informação, como por exemplo: a gestão de nomes de domínio, a protecção de dados pessoais, a privacidade e a informatização dos tribunais, entre outros.

Fórum do Direito na Internet

Nº: 4100

Natureza: Iniciativa de Debate Público

Líder: Manuel Lopes Rocha

Prazo de execução: Actividade permanente

Patrocínios:

Em iniciativas anteriores a APDSI atribuiu prémios a alunos do Ensino Superior, no âmbito de actividades escolares.

A APDSI considera dever continuar a dinamizar, junto das escolas de Ensino Superior, o reconhecimento a melhores alunos e/ou melhores trabalhos que se foquem em temas relacionados com a Sociedade da Informação.

Actualmente, a atribuição de Prémios Escolares engloba as seguintes disciplinas:

- “Introdução ao Estudo do Direito (I) e (II)” da Licenciatura em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - Prof. Marcelo Rebelo de Sousa;
- “Sociologia das Novas Tecnologias de Informação” da Licenciatura em Engenharia Informática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa - Prof. António Brandão Moniz;
- “Sociologia das Novas Tecnologias de Informação” do Mestrado em Engenharia Electrotécnica, Sistemas e Computadores da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa - Prof. António Brandão Moniz;
- “Políticas Públicas (vertente Governo Digital)” do Mestrado em Administração e Gestão Pública da Universidade de Aveiro - Prof. José Manuel Moreira;
- “Políticas Públicas (vertente Governo Digital)” do Mestrado em Ciência Política da Universidade de Aveiro - Prof. José Manuel Moreira;
- “Projecto” da Licenciatura em Novas Tecnologias da Comunicação da Universidade de Aveiro - Prof. Margarida Pisco Almeida.

Prémios Escolares APDSI

Nº: 4101-03

Natureza: Prémio

Líder: Direcção da APDSI

Prazo de execução: Actividade permanente

Patrocínios:

2.5. COOPERAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E INTERNACIONALIZAÇÃO

Após a obtenção de Estatuto de Utilidade Pública, a Direcção da APDSI considera oportuno e adequado desenvolver os esforços necessários no sentido de obter o estatuto de Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) no domínio da sociedade da informação e do conhecimento.

As actividades irão centrar-se na cooperação com os países de língua oficial portuguesa nos vários continentes.

ONGD no domínio da
Sociedade da Informação e
do Conhecimento

Nº: 5114

Natureza: Actividade Interna

Líder: Direcção APDSI

Prazo de execução: 6 meses

Esta iniciativa pretende traçar um quadro do actual estado de aplicação de políticas e do grau de maturidade do uso dos mecanismos associados à Sociedade da Informação e do Conhecimento nos diferentes Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Para o efeito serão convidadas personalidades individuais e colectivas, publicas e da sociedade civil ligadas ou conhecedoras da temática da Sociedade da Informação em cada um dos países, por forma a transmitirem a sua visão da situação actual, bem como das perspectivas que são expectáveis para a sua evolução a curto e médio prazos.

Realidades e Perspectivas de Desenvolvimento da Sociedade da Informação nos PALOPs

Nº: 5115

Natureza: Seminário

Líder: Francisco Tomé

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

Pretende a APDSI, com a colaboração das entidades activas no domínio da Sociedade da Informação (publicas, privadas e da sociedade civil) oriundas principalmente de São Tomé e Príncipe e de Portugal, discutir da oportunidade para a concepção, estabelecimento, execução e apoio de um Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação no domínio da Integração Social e Comunitária em São Tomé e Príncipe.

Assim, importa, como primeiro passo, clarificar de uma forma objectiva e mensurável, o estado actual de desenvolvimento do domínio em causa. Como tarefas imediatas importa nomeadamente, sequenciar necessidades urgentes e estabelecer prioridades, identificar e caracterizar detalhadamente quais as iniciativas que deverão compor o Programa, identificar potenciais intervenientes e respectivos papeis bem como identificar potenciais fontes de ajuda técnica e financeira para cada uma das diferentes iniciativas então identificadas.

Pretende-se assim ter um Programa a três anos (2010-2012) de Cooperação para o Desenvolvimento da SI no domínio referido, com objectivos claramente definidos e mensuráveis para cada uma das iniciativas que o compõem.

Esta actividade, a ser coordenada pela APDSI, deverá contar com a colaboração de múltiplas individualidades e organizações de São Tomé e Príncipe e de Portugal bem como de eventuais outras organizações internacionais quer de âmbito governamental, empresarial ou da sociedade civil.

Concepção e Apoio no Estabelecimento de um Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da SI no Domínio da Integração Social e Comunitária em São Tomé e Príncipe

Nº: 5116

Natureza: Seminário

Líder: Francisco Tomé

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

Pretende a APDSI, com a colaboração das entidades activas no domínio da Sociedade da Informação (publicas, privadas e da sociedade civil) oriundas principalmente de São Tomé e Príncipe e de Portugal, discutir da oportunidade para a concepção, estabelecimento, execução e apoio de um Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação no domínio da Integração Social e Comunitária em Moçambique.

Assim, importa, como primeiro passo, clarificar de uma forma objectiva e mensurável, o estado actual de desenvolvimento do domínio em causa. Como tarefas imediatas importa nomeadamente, sequenciar necessidades urgentes e estabelecer prioridades, identificar e caracterizar detalhadamente quais as iniciativas que deverão compor o Programa, identificar potenciais intervenientes e respectivos papeis bem como identificar potenciais fontes de ajuda técnica e financeira para cada uma das diferentes iniciativas então identificadas.

Pretende-se assim ter um Programa a três anos (2010-2012) de Cooperação para o Desenvolvimento da SI no domínio referido, com objectivos claramente definidos e mensuráveis para cada uma das iniciativas que o compõem.

Esta actividade, a ser coordenada pela APDSI, deverá contar com a colaboração de múltiplas individualidades e organizações de Moçambique e de Portugal bem como de eventuais outras organizações internacionais quer de âmbito governamental, empresarial ou da sociedade civil.

Concepção e Apoio no Estabelecimento de um Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da SI no Domínio da Integração Social e Comunitária em Moçambique

Nº: 5117

Natureza: Seminário

Líder: Luis Vidigal

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

Pretende a APDSI, com a colaboração das entidades activas no domínio da Sociedade da Informação, (publicas, privadas e da sociedade civil) oriundas principalmente de Timor e de Portugal, discutir da oportunidade para a concepção, estabelecimento, execução e apoio de um Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação no domínio da Educação e Cultura em Timor.

Assim, importa, como primeiro passo, clarificar de uma forma objectiva e mensurável, o estado actual de desenvolvimento do domínio em causa. Como tarefas imediatas importa nomeadamente, priorizar necessidades urgentes, identificar e caracterizar detalhadamente quais as iniciativas que deverão compor o Programa, identificar potenciais intervenientes e respectivos papeis bem como identificar potenciais fontes de ajuda técnica e financeira para cada uma das diferentes iniciativas então identificadas.

Pretende-se assim ter um Programa a três anos (2010-2012) de Cooperação para o Desenvolvimento da SI no domínio referido, com objectivos claramente definidos e mensuráveis para cada uma das iniciativas que o compõem.

Esta actividade, a ser coordenada pela APDSI, deverá contar com a colaboração de múltiplas individualidades e organizações de Timor e de Portugal bem como de eventuais outras organizações internacionais quer de âmbito governamental, empresarial ou da sociedade civil.

Concepção e Apoio no Estabelecimento de um Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da SI no Domínio da Educação e Cultura em Timor

Nº: 5118

Natureza: Seminário

Líder: Dias Coelho

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

O Fórum Não Governamental para a Inclusão Social (FNGIS) tem por missão mobilizar o conjunto de intervenientes do PNAI (Plano Nacional de Acção para a Inclusão), constituindo-se como uma forma de promover a efectivação da participação de todos os actores a nível central, no processo de elaboração e acompanhamento dos Planos. Todas as organizações nele representadas são de natureza não governamental.

Constituindo-se como um grupo alargado de trabalho, de carácter inter-sectorial e inter-institucional, que funcione como uma plataforma de interlocução com a Comissão Interministerial do PNAI. A sua missão é a de, através da emissão de pareceres, concepção de documentos e propostas alternativas que reflectam a opinião do sector não governamental, contribuir para o acompanhamento e avaliação do PNAI em curso e para a construção de futuros Planos. Este contributo é alargado para as medidas e programas associados à concretização dos objectivos do Plano.

A APDSI, como membro efectivo do FNGIS, tem vindo a promover os instrumentos e benefícios da Sociedade da Informação, como factores de inclusão social e de criação de novas oportunidades de emprego e de exercício da cidadania.

Participação no Fórum Não Governamental para a Inclusão Social

Nº: 5119

Natureza: Actividade Regular

Líder: Direcção da APDSI

Prazo de execução: Actividade permanente

Patrocínios:

Em Setembro de 2005 a APDSI foi aceite como representante de Portugal na *International Federation for Information Processing* (IFIP), uma das mais antigas e prestigiadas agremiações internacionais no domínio das Tecnologias da Informação.

Importa agora potenciar e valorizar a participação portuguesa nessa federação, mediante o envolvimento de cientistas e membros oriundos dos meios empresariais nas suas actividades, nomeadamente nos Comitês Técnicos e Grupos de Trabalho, e ainda promovendo a realização de eventos de natureza científica e técnica no nosso País.

Para atingir estes objectivos a APDSI criou uma estrutura de coordenação específica designada por Grupo de Coordenação IFIP (GCI).

Em conformidade com as regras em vigor na IFIP, o GCI propôs oportunamente aos Comitês Técnicos um conjunto de representantes nacionais, os quais foram todos aceites e nomeados.

Vários desses representantes levaram a efeito no passado eventos da IFIP em Portugal, pelo que essa experiência irá ser continuada em 2009.

Participação de Portugal na IFIP

N.º 4064-04

Natureza: Actividade regular

Líder: Francisco Tomé

Prazo de execução: Actividade permanente

Patrocínios:

2.6. EM CURSO

A sociedade em que vivemos é marcada por uma cultura de mobilidade, fortemente potenciada pelo desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias. Uma parte muito significativa das comunicações móveis de voz, dados e imagem são já efectuadas dentro dos edifícios, existindo uma grande aposta de quase todos os intervenientes das TICs na oferta de soluções convergentes de mobilidade recorrendo às mais variadas tecnologias de acesso, de que são exemplo entre outras o *GSM, UMTS, WLAN, VSAT, LMDS, DAB, DVB, TDT, xDSL,...*

O suporte à itinerância é uma característica fundamental na oferta de Redes Privadas Virtuais e de soluções empresariais - *Business Everywhere* - sendo o *WiFi* uma das modalidades que actualmente mais suporta essa itinerância, na linha de uma convergência activa de tecnologias e no sentido de uma ubiquidade computacional.

Este estudo pretende perceber de que modo o conceito de mobilidade afecta já hoje o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento, bem como as suas tendências de evolução. Importa avaliar o impacto do conceito ao nível da organização da vida em sociedade, que oportunidades e ameaças para as organizações, as empresas e o quotidiano dos cidadãos. Qual o papel das entidades regulatórias? Que novas plataformas tecnológicas se adivinham? Que novos modelos de negócio se perspectivam, de que poderão fazer parte, por exemplo, o m-Adv ou as Collaborative Mobile Applications?

Mobilidade - Impactos e Potencialidades

Nº: 1084

Natureza: Estudo

Líder: Francisco Tomé

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios: Leadership (parcial)

A Sociedade da Informação e do Conhecimento exige literacia digital em todo o espectro da sociedade. Embora a aprendizagem possa ocorrer de forma quase espontânea em certas situações, como acontece com muitas crianças e muitos jovens confrontados muito cedo com experiências de utilização, ela requer na generalidade das situações padrão, formação devidamente orientada.

A oferta de formação nas matérias básicas das tecnologias de informação e das comunicações deverá ser universal. O sistema de ensino e a formação ao longo da vida devem proporcionar um conjunto de oportunidades suficiente para assegurar a literacia digital de toda a população.

A certificação de competências é um estímulo positivo à obtenção de níveis adequados de literacia digital com reconhecimento no mercado de trabalho.

Importa avaliar as implicações da literacia digital tanto no êxito das reformas da administração pública electrónica, como no aumento da competitividade do tecido empresarial. A clarificação desta temática permitirá definir o adequado posicionamento da certificação de competências na melhoria da literacia digital.

A APDSI dispõe-se a promover um Manifesto tendente a incentivar a sociedade portuguesa para a generalização de competências básicas, certificadas internacionalmente, no âmbito das tecnologias da sociedade da informação.

Literacia Digital e Certificação de Competências

Nº: 1046

Natureza: Manifesto

Líder: João Correia de Freitas

Prazo de execução: 4 meses

Patrocínios: ECDL Portugal (parcial)
GFI Portugal (parcial)

Existe uma responsabilidade da sociedade para com os cidadãos que, por razões de ordem diversa, têm necessidades especiais. O desenvolvimento da Sociedade da Informação traz benefícios e vantagens, permitindo uma melhor integração daqueles cidadãos e, ao mesmo tempo melhorando a sua qualidade de vida, a sua capacidade de intervenção social e o seu nível de autonomia.

Os benefícios da Sociedade da Informação representam uma oportunidade de cidadania, capaz de reduzir os riscos de exclusão e de conduzir a uma maior integração na vida activa.

Pretende-se levar a cabo um estudo em que se inclua o levantamento das experiências em curso e o seu confronto com as expectativas existentes, bem como a identificação dos estrangulamentos processuais, regulamentares e organizacionais ao seu desenvolvimento.

O estudo deverá identificar um conjunto de objectivos para o pleno aproveitamento dos benefícios da Sociedade da Informação por parte dos cidadãos com necessidades especiais, nomeadamente no que diz respeito aos aspectos de acessibilidade.

Cidadãos com Necessidades Especiais e Acessibilidade

Nº: 1066

Natureza: Estudo

Líder: Adalberto Fernandes

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

As pessoas desenvolvem-se socialmente através da transmissão da cultura de geração para geração, reflectindo as inovações sociais e tecnológicas características de cada período histórico.

Na actual Sociedade da Informação em que vivemos, convivem várias gerações com culturas e experiências, social e tecnologicamente diferentes. Existem hoje novas formas de crescer, aprender e trabalhar, assim como novas formas de enfrentar o envelhecimento.

Não é apenas a faixa etária, mas também a cultura, a literacia e a experimentação tecnológica que determinam cada geração, tornando muitas vezes difícil a convivência entre diversas gerações na mesma sociedade.

Nunca como hoje se colocaram tantos desafios na coexistência de gerações diferentes, numa sociedade caracterizada pela aceleração tecnológica, capaz de suscitar rupturas com práticas culturais muito diferentes e dessincronizadas entre si.

Crianças, adolescentes, adultos activos e idosos convivem hoje na mesma Sociedade da Informação, com experiências banais para uns ou surpreendentes para outros, questionando-se muitas vezes os conhecimentos e as relações de autoridade entre gerações diferentes.

A APDSI, reconhecendo os desafios deste tema, decidiu lançar um estudo sobre a aproximação das gerações na Sociedade da Informação.

Aproximar Gerações na Sociedade da Informação

Nº: 1088

Natureza: Estudo

Líder: José Tribolet

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

Os cidadãos seniores têm muito a beneficiar na Sociedade da Informação. As comunidades de interesses podem contribuir para preencher a sua disponibilidade de tempo adicional, motivando actividades lúdicas, culturais ou científicas que dêem sentido a períodos de tempo que, de outro modo, poderiam ficar vazios.

A interacção com familiares através da troca de fotografias, vídeos ou simples mensagens, incluindo o contacto telefónico via IP, pode permitir manter laços familiares coesos, sem dificuldade aparente e a muito baixo custo.

A segurança e a monitorização do estado de saúde física e mental dos cidadãos seniores são áreas muito extensas de aplicação de instrumentos da Sociedade da Informação.

Os exemplos anteriores mostram que este grupo etário constituirá no futuro um mercado apetecível para muitos produtos e serviços da sociedade da informação.

Há igualmente consciência que este grupo etário representa um conjunto expressivo de necessidades, constituindo um repositório de conhecimentos e experiência, cuja abordagem sistemática está por fazer, num contexto de envelhecimento activo.

Abrir pistas de desenvolvimento deste segmento, numa perspectiva de se oferecer serviços úteis aos cidadãos seniores e de viabilizar o seu contributo activo, para além dos benefícios tradicionais da sociedade da informação, será o objecto deste estudo. A formação para o desenvolvimento da literacia digital não será naturalmente descurada.

Os Cidadãos Seniores na Sociedade da Informação

Nº: 1089

Natureza: Estudo

Líder: José Tribolet

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

O Ambiente do planeta está em risco - a emissão de gases de efeito de estufa está a alterar o clima da Terra. Se quisermos assegurar um futuro melhor, é inevitável que promovamos a indução de mudanças nos nossos comportamentos - tanto individual como colectivamente.

Para garantirmos a manutenção das condições de vida humana actuais devemos encarar todas as medidas possíveis no sentido de se reduzir a emissão dos Gases com Efeito de Estufa, o que corresponde ao grande objectivo do Protocolo de Quioto.

Essas medidas deverão ser integradas em estratégias ambientais - globais e sectoriais, nacionais e regionais - com o objectivo de contribuírem para a melhoria do ambiente e para o desenvolvimento sustentável, minimizando o impacto ambiental e procurando induzir boas práticas e alterações de comportamentos dos indivíduos e da sociedade em geral.

É fundamental que as organizações - públicas e privadas - assumam participações cívicas e empreendedoras face a este grande desafio mundial para a preservação do Ambiente, como parte da sua responsabilidade social.

A APDSI pretende promover um estudo que analise as principais questões relacionadas com a eco-eficiência das organizações em diferentes vertentes, no quadro da sociedade da informação, e que produza um conjunto de recomendações tão práticas quanto possível.

Este estudo enquadra-se na problemática da eco-eficiência das organizações, e pretende abordar serviços, tecnologias e estratégias que possam viabilizar a melhoria da eficiência das infra-estruturas e sistemas no que se referem à gestão energética.

A Eco-eficiência das Organizações – Contributos da Sociedade da Informação na Gestão Energética

Nº: 1091

Natureza: Estudo

Líder: Luis Mira Amaral

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios: IBM - Lógica

A emergência da consciência alargada da responsabilidade social, dos indivíduos e das organizações, vem gerando indubitavelmente um nível crescente de activismo social, contrapondo ao afunilamento de valores do neo-liberalismo económico uma sociedade de “causas”.

Esta Sociedade de “causas” instancia-se através da capacidade de mobilização social, da celeridade em “passar palavra”, do relacionamento social em rede fundado na dinâmica da concatenação oportunística de redes sociais individuais.

As Organizações Não Governamentais constituem-se fundamentalmente como híbridos entre esta concertação *ad-hoc* de vontades e as estruturas formais, persistentes no tempo, de cidadãos partilhando convicções com “leitura” social.

Nesta perspectiva, os movimentos cívicos poderão ser significativamente potenciados, na sua latência e no seu impacto, pela universalidade social das tecnologias da informação e da comunicação.

A Sociedade da Informação, enquanto paradigma de organização social em rede, constitui o ambiente de eleição para a expansão do activismo social.

A Sociedade da Informação como Potenciadora das Actividades das ONGs

Nº: 1048

Natureza: Estudo

Líder: António Pedro Dores

Patrocínios: Caixa Geral de Depósitos

Existem múltiplos paradoxos decorrentes da chamada “economia da Informação” que inspiraram nos últimos anos alguma controvérsia intelectual por parte de vários autores. Na medida em que a acessibilidade da tecnologia aumenta, a custos unitários consistentemente decrescentes, alguns autores preferem classificar as TIC como *commodities* assumindo como secundária a respectiva relevância do ponto de vista estratégico.

As novas regras da concorrência, as transformações estruturais nos vários sectores, os paradigmas operativos das novas empresas e ambientes empresariais interligados em rede, as novas ferramentas de negócio electrónico (*e-business*), a administração pública electrónica (*e-government*), a universalidade do acesso e a exclusão social, são alguns dos temas críticos na emergência da moderna Economia da Informação.

Hoje em dia é incontestável a representatividade de produtos e serviços baseados na informação e no saber, de relevância económica crescente, que em virtude do seu baixo custo de reprodução e de distribuição, representam novos desafios, levantam novas questões e induzem novas oportunidades.

Na sequência de um primeiro estudo sobre o estado e as tendências da Economia da Informação em Portugal considera-se oportuno dar continuidade à reflexão sobre esta temática, abordando novas dimensões de análise que, no seu aprofundamento, permitam actualizar e completar uma visão prospectiva.

Os Desafios da Economia da Informação (Fase 2)

Nº: 1044-02

Natureza: Estudo

Líder: Joaquim Alves Lavado

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

As regulamentações com impacto evidente nas organizações e na sociedade, e que estão na sua maior parte relacionadas com preocupações de gestão e de controlo de riscos e com segurança da informação na Era Digital, tornaram-se uma realidade que não pode nem deve ser minimizada.

Se antes só algumas empresas dedicavam atenção à conformidade regulatória (através de controlos da sua infra-estrutura ou da segurança da “sua” informação), hoje em dia tanto as pequenas como as grandes empresas esforçam-se para avaliar, testar e documentar os seus controlos internos para SOX (Sarbanes-Oxley), as suas práticas para HIPAA (*Health Insurance Portability and Accountability Act*), ou as suas salvaguardas básicas para GLBA (*Gramm-Leach-Bliley Act*), para o acordo Basileia II, ou para outras regras legais.

A gestão e controlo dos riscos e a conformidade de processos correspondem a um esforço continuado com forte impacto nas organizações (na sua governação, nos seus processos de funcionamento, no seu relacionamento com os fornecedores de serviços e com os seus clientes) e também na Sociedade.

Este estudo pretende levantar os impactos mais significativos das principais regulamentações actuais, que condicionam (ou potenciam) as actividades das organizações e da própria Sociedade, no sentido de termos uma melhor percepção de conjunto dos impactos (avaliando principalmente constrangimentos, ameaças e oportunidades).

Impacto das Novas Regulções (*Basileia II, Sarbanes-Oxley* e outras) no Contexto da Sociedade da Informação

Nº: 2082

Natureza: Estudo

Líder: Vasco D'Orey

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios: Oracle (parcial)

O trabalho interdisciplinar na vida profissional de hoje é uma constante, justificando-se cada vez mais a adopção de abordagens científicas e de melhores práticas enquadradas por áreas de conhecimento e de acção sinérgicas.

Algumas universidades e empresas do sector das TIC, têm vindo a promover a constituição de uma nova disciplina de conhecimento, designada por “Ciências dos Serviços, Gestão e Engenharia” (em inglês “*Services Science, Management and Engineering*” - *SSME*) ou abreviadamente Ciência dos Serviços.

As bases teóricas da Ciência de Serviços provêm das áreas da Economia, da Gestão, da Informática, da Engenharia, do Direito, e da Sociologia das organizações, e em que cada uma delas fornece perspectivas importantes sobre a evolução da economia da informação e dos serviços.

Considerando que esta é uma abordagem relevante para os indivíduos e as organizações, e por isso à Sociedade, pretende-se que este estudo analise e fomente a discussão do tema, auxiliando dessa forma a divulgação das bases desta nova disciplina de conhecimento e a sua projecção na Sociedade.

Ciência de Serviços - Uma Nova Área de Conhecimento

Nº: 2078

Natureza: Estudo

Líder: Luis Vidigal

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios: IBM (parcial)

Uma das características definidoras da Sociedade da Informação é o facto de ser uma sociedade em rede, uma sociedade na qual a partilha de informação e a construção colaborativa de conhecimento constituem a base das suas dinâmicas estruturantes.

Neste contexto, o desenvolvimento e adopção generalizada de standards abertos constitui, mais do que uma necessidade pragmática de construção extensiva de um ambiente “plug&play”, um imperativo de sustentabilidade e desenvolvimento em rede.

A APDSI, através desta iniciativa, pretende conduzir uma reflexão sobre o “estado da arte” neste domínio, identificar bloqueios e estímulos, bem como avaliar os contributos potenciais da Sociedade Civil para a dinamização do desenvolvimento e defesa das normas abertas como património comum de dimensão civilizacional.

Open Standards na Sociedade da Informação

Nº: 2094

Natureza: Estudo

Líder: Legatheaux Martins

Prazo de execução: 6 meses

Num “mundo plano” as oportunidades nos mercados de produtos de “conhecimento aplicado” são, por definição, globais e, por isso, cada vez menos condicionadas por mecanismos de nacionalidade ou de localização, embora se mantenha relevante a “marca País” de origem.

Neste novo contexto vamos assistindo a alguns êxitos, por parte de empresas nacionais, na exploração de oportunidades de integração em cadeias de valor globais de serviços e plataformas de produtos de conhecimento.

Com esta iniciativa a APDSI, consciente da importância para o desenvolvimento nacional deste quadro de orientação estratégica empresarial, sobretudo como indutor de emprego altamente qualificado, das condições de competitividade e da imagem internacional e atractividade do País, pretende analisar alguns casos de sucesso identificando as barreiras e oportunidades mais relevantes.

“Como pode a Sociedade Civil mobilizar-se para criar um ambiente indutor de oportunidades neste domínio?” - Questão a que se procurará dar resposta através da dinamização de uma conferência sobre este tema.

Internacionalização das Empresas Portuguesas no Domínio das TICs – Barreiras e Oportunidades

Nº: 2095

Natureza: Conferência

Líder: Francisco Velez Roxo

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios: ANACOM (Parcial)

O termo “Internet das Coisas” surgiu há pouco tempo e refere-se a um conjunto de tecnologias e disciplinas de investigação que possibilitem à Internet entrar no mundo dos objectos físicos.

Tecnologias como a RFID, comunicações sem fios de curto alcance, localização em tempo real e redes de sensores estão a tornar-se comuns, trazendo a “Internet das Coisas” para um uso crescentemente quotidiano.

Essas tecnologias vão desvendando um futuro em que se interliga o mundo físico ao ciberespaço, num desenvolvimento que não é só relevante para os investigadores, mas também para empresas e indivíduos.

Actualmente, a maior parte das referências públicas à “Internet das Coisas”, estão associadas à utilização de soluções baseadas em RFID - englobando processos que ultrapassam a simples utilização de etiquetagem automática, e que suscitam reacções da sociedade.

A própria UE atribui muita importância a projectos neste domínio, o que por si só, aconselha a que o tema seja discutido publicamente de forma tão alargada quanto possível, com a preocupação de informar o cidadão e as organizações.

Por outro lado, é também importante que se promova alguma reflexão pública sobre a mudança que se prefigura com a adopção de novos tipos de utilização da Internet, nomeadamente sobre os impactos previsíveis nos hábitos quotidianos e na economia em geral.

A INTERNET – Das Pessoas às Coisas

Nº: 2096

Natureza: Estudo

Líder: António Vidigal

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

O sector financeiro é, na Europa, aquele onde é mais intenso o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Um estudo recente demonstra que é este o sector onde mais pessoas trabalham com computador (92,9%) e têm acesso à Internet e ao correio electrónico (81,6%).

A utilização de TIC neste sector apresenta, ainda, uma outra característica que, não sendo da sua exclusividade, é de enorme relevância operacional - o processo produtivo é suportado pelas tecnologias de informação. Por outro lado, a generalidade dos estudos de mercado confirma que o sector financeiro se destaca claramente na intensidade de investimento em TIC, sendo por isso, enquanto cliente, um sector de enorme relevância para aquela indústria.

Neste contexto, pretende-se realizar uma conferência, denominada genericamente como “Tecnologias, Processos e Competências no Sector Financeiro”, e que constituirá uma iniciativa que, com alguma regularidade, permitirá aos mais diversos profissionais um espaço de encontro e reflexão sobre estas temáticas. Com esta iniciativa pretende-se facilitar a ligação entre o mundo académico, do desenvolvimento dos conceitos e das metodologias, e o mundo prático da sua aplicação.

Pela importância das TIC no sector financeiro, e pela sua importância para a indústria das TIC, esta iniciativa dever-se-á constituir como espaço de análise e de reflexão acerca do impacto concreto da utilização das TIC, avaliando os efeitos num dos sectores onde essa utilização é mais intensa.

Tecnologias, Processos e Competências no sector Financeiro

Nº: 2097

Natureza: Conferência

Líder: José Gomes Almeida e José Lopes

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

A Sociedade da Informação deve ser antes de tudo uma "sociedade para todos". Quando falamos de tecnologias falamos inevitavelmente em exclusão social, pois cada tecnologia actual e emergente apresenta dificuldades previsíveis e imprevisíveis de utilização, e dificulta o acesso a um grande número dos seus potenciais beneficiários. Não são apenas os formalmente considerados cidadãos com necessidades especiais aqueles que não têm acesso aos recursos e às oportunidades da Sociedade da Informação, a pobreza, a iliteracia, a interioridade e as minorias étnicas são alguns dos outros factores de exclusão que é precisamos ter em conta.

A tecnologia, por muito inovadora que seja, só é eficaz quando passa a fazer parte integrante da cultura e da sociedade e isto só acontece quando é uma tecnologia capaz de interagir amistosamente com o ser humano, como parte integrante do seu meio e não como intrusa e ameaçadora.

Se as tecnologias evidenciam potencial de exclusão, paradoxalmente elas também possuem um enorme potencial de inclusão das pessoas no seu meio. As tecnologias são, por definição, um prolongamento do indivíduo na sua relação com o meio físico e social e o sucesso desta relação constitui desde sempre a principal motivação da descoberta tecnológica.

Pretende-se com este estudo identificar as barreiras ao acesso universal da população aos benefícios da Sociedade da Informação e do Conhecimento, evitando a todo o custo o seu potencial de exclusão.

Promover a Inclusão pela Via da Sociedade da Informação e do Conhecimento

Nº: 1005

Natureza: Estudo

Líder: José da Costa Ramos

Patrocínios:

Nos últimos anos temos assistido à proliferação do modelo de serviços partilhados (*shared services*) na maioria das grandes empresas e grupos económicos, em que se tornaram óbvias as vantagens de concentrar numa única unidade organizacional os serviços de apoio comuns e transversais, em áreas como a gestão financeira, os recursos humanos, os recursos patrimoniais e logísticos, o apoio jurídico, as tecnologias de informação, o arquivo e a gestão documental entre outras.

A Administração Pública, pela sua grande complexidade e dimensão, é sem dúvida um dos sectores onde as vantagens da aplicação deste modelo organizacional são mais evidentes.

Os últimos três Governos tornaram evidente a opção pelos serviços partilhados no sector público, por razões de curto prazo como a implementação do POC/P, a mobilidade de recursos humanos e as compras públicas, mas também como um imperativo de redução da despesa pública, através da racionalização dos recursos humanos e das suas competências.

Para além das suas vantagens do ponto de vista funcional e económico, a sua implementação está longe de ser pacífica aos olhos dos vários intervenientes neste processo de mudança.

Dada a actualidade do tema, a APDSI decidiu organizar uma conferência neste domínio, contribuindo para o debate e esclarecimento da situação actual e perspectivas da aplicação do modelo de serviços partilhados à Administração Pública.

Serviços Partilhados na Administração Pública

Nº: 3098

Natureza: Conferência

Líder: João Catarino Tavares

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios: Accenture - Oracle

A APDSI organizou em Novembro de 2004 uma conferência subordinada ao tema “A Informação do Sector Público: Acesso, reutilização e comercialização”, nas vésperas de terminar o prazo de transposição para a legislação portuguesa da Directiva 2003/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho. Entretanto em 2005 a Comissão Europeia iniciou um processo judicial contra Portugal, junto do Tribunal de Justiça Europeu, pela não aplicação desta Directiva.

Em Agosto de 2007, foi publicada a Lei 46/2007, que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, transpondo finalmente para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2003/98/CE, relativa à reutilização de informações do sector público.

A informação do sector público é um recurso com um enorme potencial económico, pois representa uma matéria-prima para novos serviços e produtos de valor acrescentado com um valor estimado entre 10 e 48 mil milhões de Euros só na União Europeia, permitindo a criação em larga escala de novos empregos e novas indústrias de informação.

Torna-se deste modo oportuno que a APDSI revise este tema, através de um estudo sobre o ponto de situação e perspectivas da reutilização de informações do sector público, como instrumento de cidadania e como factor de desenvolvimento económico do país.

Reutilização da Informação do Sector Público – Expectativas e Realidades

Nº: 3099

Natureza: Estudo

Líder: Joaquina Barrulas e Zita Correia

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

A Sociedade da Informação e do Conhecimento tem vindo a constituir nos últimos anos uma preocupação dos governos nacionais e, no caso europeu, das instâncias comunitárias, ocupando cada vez mais um lugar privilegiado nas agendas políticas.

Desde os modelos de governação mais centralizadores aos mais descentralizados ou federalistas, a Sociedade da Informação constitui sem dúvida um esforço colectivo de governos, mercado empresarial e sociedade civil.

A consolidação do papel do Estado, nas suas múltiplas expressões -- enquanto entidade consumidora, reguladora e financiadora das tecnologias da Sociedade da Informação - não encontrou ainda um modelo estruturante consensual e sugere perspectivas muitas vezes contraditórias.

Um Estado mais implementador ou mais regulador, uma soberania única ou partilhada e o papel da Sociedade são algumas das visões de Governação que a APDSI se propõe estudar num quadro de reflexão estratégica.

Modelos de Governação na Sociedade da Informação e do Conhecimento

Nº: 1047

Natureza: Estudo

Líder: Luis Borges Gouveia

Patrocínios: IBM (parcial)

Desde o Livro Branco de Jacques Delors “Crescimento, Competitividade, Emprego - Os Desafios e as Pistas para Entrar no Século XXI”, publicado em Dezembro de 1993 que é comumente aceite a importância do desenvolvimento da sociedade da informação para o aumento da competitividade de um país nas suas múltiplas vertentes e, em particular, na componente industrial.

Essa mesma evidência sobressai no relatório Bangemann “A Europa e a Sociedade Global da Informação - Recomendações ao Conselho Europeu”, publicado em Maio de 1994, bem como no outro lado do Atlântico nos documentos produzidos sob a coordenação do Vice-Presidente Al Gore.

Em Portugal nunca se analisou com suficiente profundidade os contributos potenciais da Sociedade da Informação no aumento da competitividade da indústria portuguesa, nomeadamente na sua capacidade de inovar e de se adaptar a mercados progressivamente mais exigentes.

Com este estudo pretende-se sensibilizar os empresários portugueses para a importância dos investimentos em TIC como meio de aperfeiçoamento organizacional e de incentivo à inovação no tecido produtivo, geradores de aumentos de competitividade empresarial, sustentáveis numa economia em permanente mutação.

A Competitividade da Indústria Portuguesa e a sua Relação com o Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Nº: 2009

Natureza: Estudo

Líder: Joaquim Azevedo

Patrocínios: KPMG (parcial)

Entende-se por parceria público-privada (PPP) o contrato ou a união de contratos, por via dos quais entidades privadas, designadas por parceiros privados, se obrigam, de forma duradoura, perante um parceiro público, a assegurar o desenvolvimento de uma actividade tendente à satisfação de uma necessidade colectiva, e em que o financiamento e a responsabilidade pelo investimento e pela exploração incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado.

Em todos os tipos de PPP coexistem em maior ou menor grau três dimensões: a económica, a social e a tecnológica, sendo que as finalidades essenciais são o acréscimo de eficiência na afectação de recursos públicos e a melhoria qualitativa e quantitativa do serviço, induzida por formas de controlo eficazes que permitam a sua avaliação permanente por parte dos potenciais utentes e do parceiro público.

No âmbito das PPP incumbe ao parceiro público o acompanhamento e o controlo da execução do objecto da parceria, de forma a garantir que são alcançados os fins de interesse público subjacentes, e ao parceiro privado cabe o financiamento e o exercício e a gestão da actividade contratada, sendo que o parceiro público garante ao privado uma margem mínima de lucro no empreendimento, desde que o parceiro privado cumpra as exigências acertadas no contrato.

A favor das PPP refere-se à possibilidade de o sector privado transferir para o sector público características estimuladoras da inovação e de capacidade de gestão, a libertação de recursos para investimentos noutras áreas e, ainda, a distribuição de riscos entre as partes, procurando afectá-los à parte que tem os menores custos para os suportar.

Parcerias Público-Privado (PPP) no Contexto da Sociedade da Informação

Nº: 3057

Natureza: Conferência

Líder: Luis Nazaré

Patrocínios: Fujitsu Services - Logica

Muitos dos serviços públicos são cada vez mais prestados no âmbito das regiões e das Autarquias, confirmando a tendência descentralizadora das modernas administrações públicas. Paralelamente aos serviços de proximidade, os cidadãos e as empresas exigem cada vez mais serviços em linha, que tirem partido de todas as potencialidades que a Sociedade da Informação hoje nos oferecem.

Desta forma a Administração Pública regional e local estará a dar um importante contributo para a sua desburocratização e transparência, para a melhoria da qualidade de vida do cidadão e para o reforço da cidadania.

Com o objectivo de contribuir para a discussão do impacto da Sociedade da Informação no âmbito da administração pública regional e local e dos seus agentes, de modo a que o cidadão possa vir a ter acesso a cada vez mais e melhores serviços públicos *on-line*, a APDSI propõe-se organizar *workshops* sobre as perspectivas de desenvolvimento da Sociedade da Informação nas autarquias locais.

Administração Pública Local – Perspectivas de Desenvolvimento no Âmbito da Sociedade da Informação

Nº: 3056

Natureza: *Workshop*

Líder: Carlos Zorrinho e Leonel Santos

Patrocínios: Siemens (parcial)

O mundo está a entrar numa nova Era evidenciando-se alguns sinais que fazem adivinhar mudanças radicais no equilíbrio de forças que suporta a teia global de relações internacionais, conduzindo a um novo capítulo da História.

Actualmente qualquer cenário associado à sociedade moderna decorre de mudanças que se iniciaram com o 11 de Setembro de 2001, o qual constituiu a pedra de toque para uma tentativa de mudança do sistema mundial e que se revela mais premente à medida que se vão conjugando diversos aspectos societários.

É um facto que poderes que historicamente se concentravam (tecnologia, informação, e comércio) para dar poder a um Estado, estão hoje espalhados pelo mundo. O desenvolvimento tecnológico e científico é um factor que contribui de forma decisiva para a mudança que se aproxima, sendo a tecnologia, na sua generalidade, um dos factores que mais alteram o pensamento estratégico.

Pretende-se com este estudo reflectir sobre o papel que as TIC, como parte importante do conjunto das tecnologias modernas, podem desempenhar na sociedade, nomeadamente influenciando a segurança - dos cidadãos e da sociedade no seu todo, sem descurar a protecção dos direitos, liberdades e garantias fundamentais.

As TICs para um Mundo Mais Seguro

Nº: 1077

Natureza: Estudo

Líder: Mário do Carmo Durão

Prazo de execução: 6 meses

Patrocínios:

Nos últimos anos tem-se assistido a um aumento significativo na utilização de tecnologias da sociedade da informação na criação de Comunidades de Prática, ou seja, grupos de pessoas de uma mesma área de conhecimento que compartilham experiências na solução de problemas, ideias e melhores práticas, visando preservar e melhorar as suas competências.

Estes grupos são constituídos por pessoas e/ou instituições que possuem objectivos, interesses, preocupações ou problemas comuns e que voluntariamente decidem partilhar e trocar ideias, experiências e conhecimentos. Nas organizações (públicas e privadas) as comunidades de prática garantem cada vez mais o fluir do conhecimento através das diversas unidades organizacionais, promovendo o seu funcionamento colectivo integrado.

Elas facilitam e aceleram a partilha de Melhores Práticas, de Lições Aprendidas e de qualquer outro conhecimento, rompendo as fronteiras formais da organização.

A APDSI pretende desenvolver um estudo sobre a situação das comunidades de prática no nosso país, analisando os benefícios e os riscos associados à sua utilização cívica e empresarial.

Comunidades de Prática no Espaço Digital

Nº: 1079

Natureza: Estudo

Líder: João Álvaro Carvalho

Patrocínios:

RFID (*Radio Frequency Identification*) representa o termo genérico para a tecnologia de comunicação que usa ondas de rádio para comunicar automaticamente a identificação de itens/objectos individuais. Esta tecnologia está directamente associada á mudança que se está a operar actualmente de um mundo centrado no PC para um mundo de dispositivos sempre ligados em rede. Representa uma tecnologia potencialmente disruptiva que se encontra já num grau de maturidade suficiente para o envolvimento dos grandes actores mundiais das tecnologias da sociedade da informação.

A representação dos itens em forma digital permite identificar e dar sentido a essa informação, em termos de negócio, nomeadamente facilitando a localização do item, o conhecimento sobre o seu estado, etc. Para tal, acresce à tecnologia rádio a componente de *middleware* capaz de tratar a informação recolhida e de a comunicar aos sistemas empresariais relevantes.

No curto prazo, a RFID não substitui (antes complementa) o código de barras e outras formas de identificação, abrindo o leque ao desenvolvimento de aplicações de que são exemplos: Logística; Localização de itens em tempo real; Etiquetagem de animais; Rastreamento de activos; Anti-roubo e Sistema de pagamentos, entre outros.

Este estudo tem como objectivo perspectivar o tipo de impactos que tal tecnologia irá ter no quotidiano das empresas e dos cidadãos, quer em termos de desenvolvimentos de novas oportunidades de modelos de negócio quer ao nível de aspectos sociológicos, como, por exemplo, a preocupação com a privacidade e a reacção à mudança.

RFID no Quotidiano da Sociedade

Nº: 2087

Natureza: Estudo

Líder: António Vidigal

Patrocínios: Unisys (parcial)

A APDSI levou a cabo uma conferência e um estudo subordinados ao tema “e-justiça - O que tem o sector da justiça a ganhar com o desenvolvimento da Sociedade da Informação”, em que se procurou promover uma reflexão sobre as estratégias a seguir de forma a melhorar o funcionamento da Justiça, por exemplo, considerando a Internet como plataforma para o desenvolvimento do trabalho cooperativo entre todos os intervenientes no sistema judiciário.

Constatou-se a urgência da adopção de sistemas de gestão documental e *workflow*, técnicas de controlo de processos e de cargas de trabalho, de forma a tornar mais fluido e eficiente o funcionamento da Justiça em Portugal.

Contudo, o tema da transformação do sistema de administração da justiça para um paradigma digital é muito vasto e requer que se prossiga com a análise dos contributos da sociedade da informação e do conhecimento para o aperfeiçoamento do sistema de justiça e aumento da sua eficácia.

Este estudo pretende prosseguir com esse trabalho apresentando novos contributos e uma nova visão dos benefícios susceptíveis de serem alcançados no contexto do sector da justiça.

e-Justiça (Fase 2)

Nº: 3033-02

Natureza: Estudo

Líder: João Bilhim

Patrocínios: Accenture (parcial)

Após a elaboração e divulgação do estudo Geo-Competitivo foi possível constatar que, com a entrada em funções do actual Governo e após cerca de 10 anos de interregno, a Informação Espacial no suporte à Gestão do Território voltou a ser considerada pelo Estado, como estratégica para Portugal.

Diversas acções planeadas e cabimentadas financeiramente por várias Instituições permitem acalentar uma visão em que Portugal consiga modernizar-se rapidamente uma vez que os principais entraves identificados no Estudo Geo-Competitivo estão a desaparecer.

Assim, pretende-se criar um grupo de trabalho, composto exclusivamente por cidadãos peritos na área (e não representantes de instituições), que permita definir um Arquitectura Organizacional que tenha como objectivo a criação de uma rede Organizacional na qual seja possível, em Tempo Real e em Segurança, através da Web, o acesso a Informação Espacial e, principalmente a Serviços de Valor Acrescentado, interligando os vários tipos de entidades entre si, nomeadamente: Administração Central, Administrações Regionais, Administrações Locais, Empresas (Produtoras de Informação Espacial, Consultoras, Gestoras de infra-estruturas nacionais ou locais, etc.), Instituições de Ensino, Cidadãos, etc.).

Na operacionalização da iniciativa pretende-se aproveitar os resultados de outros Grupos de Estudo da APDSI assim como das suas experiências organizacionais.

Geo-Competitivo II: Arquitecturas Organizacionais Suportadas em Informação Espacial

Nº: 3031-02

Natureza: Estudo

Líder:

Patrocínios:

3. CONCLUSÕES

O programa de actividades deste ano prossegue na linha de continuidade das acções levadas a cabo em anos anteriores.

O esforço em 2009 irá prosseguir no sentido de reforçar a solidez da APDSI pelo aumento da massa associativa individual e de uma melhoria da cobertura das empresas dos sectores das tecnologias da informação e das comunicações, da consultoria especializada nesses domínios e de algumas empresas dos *media*, como sócios institucionais, que já hoje apresenta indicadores notáveis.

A execução deste programa continua a representar um desafio à capacidade mobilizadora da sociedade civil. A sua concretização requer o envolvimento das entidades com capacidade financiadora sem as quais as actividades propostas ficarão inviabilizadas.

Os prémios “Personalidade do Ano da Sociedade da Informação”, “Editorial”, e a homenagem a “Uma Vida”, com patrocínios já assegurados e apoio de um grande órgão de comunicação social, irão continuar a dar um contributo decisivo para a mediatização dos objectivos da Associação. Idêntico resultado espera obter-se com a prossecução da actividade do “Grupo de Alto Nível”.

As condições de sustentabilidade da actividade da associação são reforçadas através da dinamização de Grupos Permanentes focados em áreas relevantes de intervenção da Sociedade da Informação (Saúde, Justiça, Educação, Negócio Electrónico, Fórum Profissional e Sistemas de Informação Geográfica), que passarão a permitir a intervenção da APDSI nesses domínios de uma forma continuada.

O Fórum de Executivos da Sociedade da Informação (FESI) poderá dar um importante contributo para a consciencialização deste grupo profissional que dispõe de um significativo potencial na transformação da sociedade, no sentido estatutariamente assumido pela APDSI.

Não é forçoso que todas as iniciativas incluídas nesta proposta de programa sejam executadas. Será esclarecedor identificar aquelas que venham a receber apoio, na medida que esse próprio facto é indiciador da sua relevância para os agentes económicos, instituições públicas e sociedade em geral.

Não é de excluir que algumas destas propostas sejam concretizadas através da mobilização de fundos da própria Associação, se houver capacidade para os gerar. Nesse sentido, a APDSI irá prosseguir uma política de atracção de 'Patrocínios Globais', não adstritos a actividades específicas, como forma de financiamento de iniciativas que pela sua natureza não devam ter patrocínios directos associados.

A Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal será também o reflexo do empenho que a sociedade civil conseguir demonstrar. Estamos perante um desafio em que Portugal e a sua sociedade civil têm uma missão a desempenhar para assegurar o seu próprio futuro.

A prossecução deste conjunto de actividades representa o compromisso da APDSI com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e o aumento de competitividade dos agentes económicos portugueses, que julgamos ser possível apenas através da absorção dos paradigmas da Sociedade da Informação e do Conhecimento, num contexto democrático e de economia aberta. Esta abordagem sai reforçada num contexto de crise financeira e da economia real como aquele que certamente predominará em 2009.

Felizmente, esta mesma temática tem vindo a ter reflexo no discurso político desde há alguns anos. Deste modo, o esforço da APDSI terá de ser intensificado para que esse discurso se concretize num quadro abrangente de acções mobilizadoras de toda a sociedade.

APDSI
ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA
INFORMAÇÃO

Madan Parque - PCTAS
Edifício VI, Campus da Caparica
Torres - Monte de Caparica
2825-149 Caparica - Portugal

Tel.: +351 212 949 606
Fax: +351 212 949 607
E-mail: secretariado@apdsi.pt
URL: www.apdsi.pt